



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAZONAS**

CAMPUS MANAUS CENTRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

RONALDO MEIRELES MARTINS

**A educação profissional e Tecnológica de alunos com deficiência
visual no IFPA Campus Tucuruí – História de vida dos Egressos**

MANAUS
JUNHO DE 2019

RONALDO MEIRELES MARTINS

A educação profissional e Tecnológica de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí – História de vida dos Egressos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profª Dra. Maria Francisca M. de Lima

MANAUS
JUNHO DE 2019

M298e Martins, Ronaldo Meireles.

A educação profissional e tecnológica de alunos com deficiência visual no IFPA *Campus* Tucuruí – História de vida dos egressos. / Ronaldo Meireles Martins. – 2019.

87 p. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima.

1. Educação profissional. 2. Ensino – acessibilidade. 3. Trabalho e educação. I. Lima, Maria Francisca Moraes de. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 378.013



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



RONALDO MEIRELES MARTINS

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPA CAMPUS TUCURUÍ – HISTÓRIA DE VIDA DOS EGRESSOS.

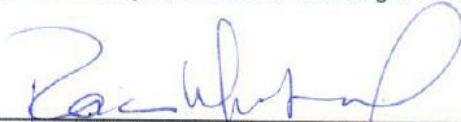
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profª. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima.

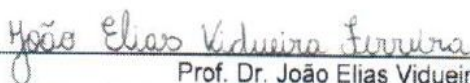
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 28 de junho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA


Profª. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM


Profª. Dra. Rosa Oliveira Marins Azevedo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM


Prof. Dr. João Elias Vidueira Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Campus Manaus Centro
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional



RONALDO MEIRELES MARTINS

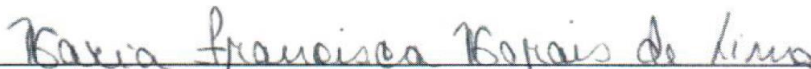
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO IFPA CAMPUS TUCURUÍ – HISTÓRIA DE VIDA DOS EGRESSOS.

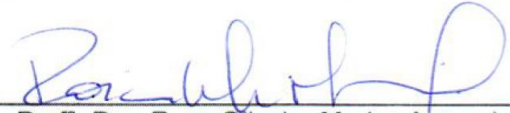
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfPT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, sob orientação da Profª. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima.

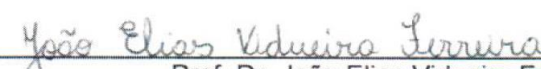
Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 28 de junho 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA


Profª. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima – Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM


Profª. Dra. Rosa Oliveira Martins Azevedo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM


Prof. Dr. João Elias Vidueira Ferreira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, como eu, acreditam que, além de necessário, é possível construir uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado a graça da aprovação no mestrado e por ter me dado força para poder chegar até aqui.

Agradeço à minha esposa, meu ponto de equilíbrio e minha força motriz, às minhas filhas, sobrinhas e minha mãe.

Agradeço aos colegas que me ajudaram neste trabalho, à equipe do NAPNE, aos entrevistados que muito me ajudaram e a toda equipe do IFPA - Campus Tucuruí.

Agradeço a todos os professores e professoras do programa de mestrado que contribuíram de forma grandiosa nesta minha jornada, em especial à Prof^a Dr^a Deuzilene Marques Salazar que sempre esteve solícita em contribuir nesta árdua caminhada.

Agradeço a minha orientadora, prof. Dra. Maria Francisca Moraes de Lima que, com muita calma e paciência foi me conduzindo ao final deste trabalho e a todos os professores que marcaram nossa caminhada nesse mestrado.

“A escola que não está preparada para receber gente diferente, não é escola; uma vez que perdeu sua característica básica e essencial, ou seja, convívio de gente, com suas diferenças.”
(RAGAZZI & ARAÚJO)

RESUMO

A inquietação que deu origem a essa pesquisa foi saber se a educação profissional e tecnológica, ofertada pelo Instituto Federal do Pará-Campus Tucuruí, foi significativa na vida dos alunos com deficiência visual. Para tanto, utilizou-se a Metodologia de História de Vida, por meio de entrevistas com os primeiros três alunos com deficiência visual que se formaram no Campus. O objetivo geral desta pesquisa foi avaliar a Educação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí a partir da perspectiva dos egressos com deficiência visual. O instrumento usado para análise dos resultados da pesquisa foi a técnica da Análise de Conteúdo. Os resultados mostraram que o IFPA-Campus Tucuruí, apesar dos percalços ao longo do tempo, logrou êxito nas estratégias desenvolvidas para educação desses alunos, em grande parte fruto da intervenção e apoio do NAPNE (Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas), fato esse que inspirou a feitura do Produto Educacional, que se concretizou em um Site com relato das experiências do NAPNE-Campus Tucuruí para servir de apoio a outras instituições.

Palavras-Chave: NAPNE. Educação Profissional. Deficiência visual.

ABSTRACT

The concern that gave rise to this research was to know whether the professional and technological education offered by the IFPA-Campus Tucuruí was significant in the lives of students with visual impairment. For that purpose, the Life History Methodology was used, through interviews with the first three students with visual impairment that were graduated in the Campus. The general objective of this research was to evaluate the Professional Education offered by the IFPA Campus Tucuruí from the perspective of the visually impaired students. The instrument used to analyze the results of the research was the technique of Content Analysis. The results showed that the IFPA Campus Tucuruí, despite the mishaps over time, succeeded in the strategies developed for the education of these students, largely as a result of the intervention and support of NAPNE, a fact that inspired the making of the Educational Product, which was materialized in a web page with a report of the experiences of NAPNE Campus Tucuruí to serve as support to other institutions.

Keywords: NAPNE; professional and technological education; visually impaired

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Câmara de educação Básica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EPTN	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFPA	Instituto Federal do Pará
LDB	Lei de diretrizes e Bases da Educação
LV	Levítico
MEC	Ministério da Educação e cultura
NAPNE	Núcleo de Apoio às pessoas com Necessidades Específicas
ONU	Organização das nações Unidas
PPC	Projeto Pedagógico dos Cursos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O AVANÇO HISTÓRICO NA PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À LUZ DO PARADIGMA DOS DIREITOS HUMANOS.....	18
1.1 A evolução histórica do tratamento dado às pessoas com deficiência.....	22
1.1.2 A antiguidade clássica.....	22
1.1.3 A sociedade Hebraica o Cristianismo e sua influência na sociedade Feudal.....	24
1.1.4 O alvorecer da modernidade.....	25
2. A LEGISLAÇÃO PROTETIVA E SUA REPERCUSSÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DO IFPA CAMPUS TUCURUI.....	29
2.1 O trabalho como Princípio Educativo.....	35
2.1. 1 A necessidade da superação da dicotomia trabalho/educação.....	41
3. DO CAMINHO METODOLÓGICO À ANÁLISE DOS DADOS.....	44
3.1- ANÁLISE DOS DADOS.....	48
3.1.2 Acesso, permanência e êxito no IFPA.....	54
3.1.3 A importância de projetos na formação dos alunos.....	57
3.1.4 Os egressos.....	59
3.1.5 A importância do NAPNE.....	62
4. O PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL.....	65
4.1 Relato de experiência do NAPNE Campus Tucuruí.....	66
4.2 NAPNE e o processo de Inclusão no IFPA Campus Tucuruí.....	68
4.3 A criação do site – O produto.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL.....	

Sem a educação das sensibilidades todas as habilidades são tolas e sem sentido.
(Rubem Alves)

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino profissional, no Brasil, apesar das inúmeras políticas públicas voltadas para a inclusão, têm enfrentado inúmeras dificuldades estruturais e humanas para receber um público alvo que vem crescendo ao longo do tempo e ocupando seu espaço.

Assim, as pessoas com deficiência vêm rompendo o estereótipo da incapacidade e da doença, assumindo seu papel social, enquanto cidadãos de direitos. Vale ressaltar que isso não é um fenômeno estanque e só pode ser compreendido dentro de um contexto histórico, construído a partir de um processo de identificação. Para Luckmann e Berger (2004), a identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade, neste sentido é possível dizer que a construção da identidade de um sujeito, ou seja, como ele é, como se vê e como é visto pela sociedade, depende do modelo de organização social, da cultura e do tempo histórico em que a pessoa vive.

Portanto, para compreender o motivo de se estudar a temática da pessoa com deficiência é preciso revisitar a história para perceber que nas sociedades antigas, sobretudo na Grécia e Roma, as pessoas com deficiência eram identificadas como pessoas indesejáveis, descartáveis. Prova disso, é que a sociedade Espartana chegava a matar as crianças que tinham alguma deficiência, a Lei das XII tábuas, primeira lei escrita de Roma, negava a cidadania a crianças deficientes que nasciam “*sem forma*”.

Com a expansão da ética cristã, no final do império romano e início do feudalismo, todas as pessoas, inclusive com deficiência, passaram a ser identificadas como filhos de Deus e, portanto, não poderiam ser simplesmente mortas. Desta forma, na chamada Idade Média, passou-se a adotar uma postura segregacionista, como aquela retratada na célebre estória do Corcunda de Notre Dame, que tem um corpo mal formado e por isso ficava escondido nas torres da Igreja. Infelizmente, apesar dos avanços essa postura segregacionista perdura até os dias de hoje.

Com o florescer do renascimento e da ciência moderna, a partir do século XV, a deficiência deixou de ser vista como um pecado e passou a ser analisada do ponto de vista médico onde se procurou curas ou mesmo instrumentos para facilitar a vida das pessoas deficientes, uma vez que a identificação das pessoas com

deficiência atrelou-se à doença que deveria ser curada.

A partir do século XVIII, com o desenvolvimento dos Direitos Humanos, sobretudo a partir do século XX, com o desenvolvimento dos direitos humanos sociais, começa todo um movimento de proteção de vários grupos considerados vulneráveis na busca por respeito e direitos, entre eles estão as pessoas com deficiência.

Assim, entre o final do século XX e início do século XXI, a deficiência deixa de ser encarada como uma doença e passa a ser vista como uma característica da pessoa, ou seja, tem-se aí um modelo social de deficiência, no qual a pessoa e a própria sociedade deve aceitar o outro como ele é, ou seja, com limitações como outra qualquer, que pode ser minimizada com a necessária acessibilidade.

Desta feita, tendo em vista os modelos de sociedade e tempos históricos nos quais a humanidade europeia se organizou: escravista, feudal e capitalista, é perceptível que, em cada contexto histórico, a pessoa com deficiência é identificada e tratada de uma forma diferente.

No atual contexto capitalista, na sociedade contemporânea, têm-se duas linhas de pensamento: a puramente capitalista que considera a pessoa com deficiência ainda como um incapaz e inapto para viver na sociedade produtiva, que deve ficar escondidas nas casas de suas famílias, assistidas pelo poder público ou preparadas para atividades produtivas subalternas.

A outra linha de pensamento é a social, fruto das lutas constantes por parte desse segmento que se cristalizou nas conquistas de espaço no seio da sociedade, ou seja, lutando por cidadania e para serem considerados cidadãos de direitos, mostrando que a deficiência não está na pessoa, mas na sociedade, inclusive esse é o teor do novo conceito de pessoas com deficiência estabelecido na Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência (Decreto 6949/2009).

A partir desse processo de organização social, as pessoas com deficiência conseguiram muitas conquistas e ampliação de espaços de convivência, deixando cada vez mais os porões escuros de uma sociedade extremamente preconceituosa. A partir de então, essas pessoas começaram a ser vistas com mais frequência nos espaços escolares, nas universidades e até mesmo nas instituições de educação profissional e tecnológica, como o Instituto Federal do Pará, uma instituição que tem como objetivo formar cidadãos para o mundo do Trabalho.

É nesse ambiente, IFPA – Campus Tucuruí, que está situado nosso lócus de pesquisa. O universo amostral será os primeiros três alunos com deficiência visual

que se formaram na instituição e que agora são egressos.

Como pedagogo da instituição e coordenador do NAPNE (Núcleo de Apoio às pessoas com Necessidades Específicas) pude acompanhar de perto toda a trajetória pedagógica, as dificuldades, as conquistas e a luta por um espaço inclusivo. Diante disto, surgiu a inquietação que deu origem a essa pesquisa: Analisar, por meio da pesquisa de campo, se a formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí foi significativa na vida dos alunos egressos com deficiência visual. A fim de responder a essa pergunta, foi traçado como objetivo geral, avaliar a formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí partindo da perspectiva dos egressos com deficiência visual.

Para atingir esse objetivo geral, optou-se pela metodologia de História de vida que consiste numa entrevista livre na qual os alunos falaram livremente sobre sua trajetória antes, durante e depois do IFPA. Para análise de dados, utilizou-se o método da Análise de Conteúdos, que permitiu analisar as categorias que emergiram das reminiscências dos entrevistados.

Com o intuito de aprofundar a pesquisa, desenvolveram-se os seguintes objetivos específicos: conhecer o avanço histórico na proteção das pessoas com deficiência à luz do paradigma dos direitos humanos; identificar a legislação protetiva e repercussão no Projeto Pedagógico dos cursos do IFPA Campus Tucuruí; descobrir a concepção de trabalho dos alunos egressos com deficiência visual na perspectiva da educação inclusiva ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí e finalmente elaborar um produto que auxilie professores, equipes pedagógicas e núcleo de educação especial, no sentido de facilitar o processo de inclusão escolar.

Desta forma, o trabalho foi organizado em quatro capítulos: no primeiro capítulo, fez-se um breve apanhado histórico para se conhecer o avanço na proteção das pessoas com deficiência à luz do paradigma dos direitos humanos. No segundo capítulo, identificou-se a legislação protetiva e sua repercussão no Projeto Pedagógico dos cursos do IFPA Campus Tucuruí. No terceiro capítulo, a partir das entrevistas, tendo como base metodológica a história de vida, buscou-se perceber, nas falas de reminiscências, a influência do IFPA na vida desses alunos. O capítulo final apresenta o Produto Educacional, fruto deste trabalho.

1 O AVANÇO HISTÓRICO NA PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À LUZ DO PARADIGMA DOS DIREITOS HUMANOS

Este capítulo apresenta um trajeto histórico, mostrando o avanço de direitos e a proteção das pessoas com deficiência à luz dos direitos humanos. Contudo, primeiramente, é preciso se ter um conceito sobre esse tema, para que se possa historiá-lo ao longo desse capítulo.

Assim, de acordo com Ramos (2017), Direitos Humanos é um “conjunto de direitos considerados indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade na igualdade e na dignidade, portanto, os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna” (p 30).

Interessante destacar que essa noção de Direitos Humanos é recente e a sociedade precisou madurecer muito e passar por várias experiências a fim de que a sociedade e o Estado pudessem perceber a necessidade de respeitar o ser humano em sua liberdade, em sua igualdade e em sua dignidade, pelo simples fato de todos os humanos serem iguais em essência. Nesse sentido, Lazari e Oliveiria (2017) enfatizam que os Direitos Humanos decorrem de um processo temporal e complexo que vai se constituindo e se formando com o avançar do tempo.

O objetivo desse capítulo é buscar compreender como se deu a evolução dos Direitos Humanos para depois compreender a relação da sociedade com a pessoa com deficiência. Esse objetivo só será alcançado se trilharmos o caminho histórico percorrido pela Humanidade. Como recorte temporal, começaremos na antiguidade clássica¹ até o período atual.

A análise inicia na Antiguidade Clássica, por ser esse período o berço cultural, social e político da sociedade Ocidental. Lazari e Oliveria (2017) dizem que nesse período os gregos, ao se afastarem do pensamento mítico e começarem a valorizar a razão, passam a colocar o homem como a mais importante criatura do universo, passando, a partir de então, “a se recusarem a se submeter às imposições dos sacerdotes ou dos déspotas ou mesmo a se humilhar perante os seus deuses” (LAZARI e OLIVEIRIA, 2017, p. 164). É nesse contexto que nasce a ideia de direitos

¹ Compreende-se como antiguidade clássica o período que vai mais ou menos do século VIII ac. ao século V depois de Cristo, compreendendo as sociedades Greco-romana.

políticos com a participação dos cidadãos² nas decisões da Pólis e a consagração da democracia.

Além dos Gregos, o povo hebraico, na Torah, também pregava a solidariedade e preocupação com o bem-estar de todos. No Antigo Testamento, a passagem do Êxodo é clara quando fala da necessidade de respeitar a todos, em especial aos mais vulneráveis:

Não afligirás o estrangeiro nem o oprimirás, pois vós mesmos fostes estrangeiros no país do Egito. Não afligireis a nenhuma viúva ou órfão. Se o afligires e ele clamar a mim escutarei o seu clamor; minha ira se ascenderá e vos farei perecer pela espada: vossas mulheres ficarão viúvas e vossos filhos, órfãos (ÊXODO, 22: 20-26).

Assim, é a partir do pensamento judaico-cristão que se tem o fundamento religioso para os Direitos humanos, principalmente, com o avanço do Cristianismo. No Novo Testamento, por exemplo, prega-se a igualdade e a solidariedade com os semelhantes. São Paulo, na Epístola aos Gálatas, diz que “não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas III, 28), ou seja, o homem deve ser respeitado na sua dignidade por ser imagem e semelhança de Deus e fazer parte da igreja que é Cristo.

Alicerçado no pensamento cristão, na idade média, o grande doutor da Igreja Católica, São Tomás de Aquino em sua obra “Suma Teológica” (1273), defendeu a igualdade dos seres humanos e a aplicação justa da lei. Ainda na idade média, no período feudal, tem-se a aprovação da Magna Carta inglesa de 1215 que limitava o poder do Rei e consagrava algumas liberdades aos súditos.

A chegada da idade moderna, no sec. XV, com a formação de uma nova classe social (conhecida historicamente como burguesia), a Reforma protestante e o Renascimento Cultural deram suporte ao surgimento dos Estados Nacionais absolutistas europeus os quais privilegiavam a centralização do poder dos reis em detrimento dos estamentos medievais (igreja e senhores feudais), daí surge a ideia de “igualdade dos súditos submetidos ao Poder do Rei” (RAMOS, 2017, p.39).

Porém, somente a partir do século XVIII, marcados pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, é que se começa a usar a expressão Direitos

² Lembrando que a sociedade grega era escravocrata, ou seja, tinha uma democracia limitada aos homens, filhos de gregos maiores de idade, uma vez que não eram considerados cidadãos os estrangeiros, os escravos e as crianças.

Humanos. A Revolução Francesa, inspirada pelo pensamento Iluminista, põe fim ao Absolutismo Monárquico³, tendo como lema: liberdade, igualdade e fraternidade. Em 1789, é proclamada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que em seu art. 1º diz: “os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”.

Nesse período, o grupo social chamado de burguesia se consolida enquanto força política, econômica e social, crava-se de vez nas estruturas do Estado, conquistando o poder político e impondo seu modo de pensar, iniciando assim o chamado Estado Liberal que, ao contrário do Estado Total Absolutista, propõe um Estado mínimo, não interventor, defende ainda a ideia de que cabe ao Estado tão somente garantir os direitos individuais, ou seja, direitos civis e políticos, tais como o direito à vida, à propriedade, à liberdade, à igualdade perante a lei (igualdade formal), à intimidade e à inviolabilidade (PIOVESAN, 2012).

Todavia, esses direitos individuais, na prática, não eram usufruídos por grande parte da população, haja vista a predominância do pensamento individualista e da meritocracia da sociedade burguesa que propugnava a ideia de igualdade formal, sem, contudo, levar em consideração as particularidades de cada indivíduo. Vale enfatizar que essa liberdade formal não proporcionava as reais condições para que todos tivessem acesso aos seus direitos fundamentais, ou seja, faltava discutir uma igualdade mais real, que de fato pudesse ser mais justa, que mais tarde veio a ser chamada de igualdade material⁴ (OLIVEIRA e LAZARI, 2017).

É nesse contexto que, no início do século XX, devido principalmente à grande exploração capitalista, fruto da revolução industrial, que a sociedade começa a exigir uma atuação mais ativa do Estado. Era necessário que este saísse de sua posição de passividade e se apresentasse de forma mais ativa cuja linha de intervenção do Estado possibilitasse a concretização de novos direitos, na busca pela justiça social. Tal fato, marcou a transição do Estado Liberal para o Estado Social

³ O Estado Absolutista refere-se ao período da história compreendida entre os séculos XV e XVIII (idade moderna), caracterizado pela concentração do poder nas mãos do Rei. Esse fenômeno foi muito forte na França, principalmente no governo de Luiz XIV, conhecido como o Rei Sol e sua célebre frase: “O Estado sou Eu”

⁴ A igualdade Material é diferente da igualdade formal. Na igualdade material se considera as diferenças entres as pessoas na busca por uma igualdade mais real.

(*Welfare State*)⁵, marcando, desta forma, a passagem da primeira geração de direitos⁶ à segunda, (*égalité*), dos chamados direitos civis e políticos, caracterizados por uma atuação negativa do Estado, para garantir os direitos sociais, culturais e econômicos. Esses direitos, segundo Costa (2008):

[...] representam os direitos assistenciais, saúde, educação, trabalho e neles incluímos o direito da pessoa com deficiência à inserção no mercado de trabalho. Todos dependem de uma efetiva prestação estatal, assim são denominados direitos positivos (p. 41).

A partir das primeiras décadas do século XX, fortemente influenciadas pelas ideias de Karl Marx, intensificam-se as lutas por direito sociais, pedindo-se a diminuição da visão individualista típica do Estado Liberal e pautados no avanço do Estado Social, que ocorreu em muito por conta dos avanços das ideias de cunho socialistas que tomavam conta da Europa, principalmente, com a Revolução Russa e a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS (FARIAS, 2016).

Com a internacionalização dos direitos humanos, a partir da segunda metade do século XX, pós-segunda guerra mundial, começa a emergir uma concepção de que o indivíduo não é apenas objeto, mas é também sujeito do direito internacional público, podendo inclusive reivindicar direitos nas instâncias internacionais de proteção (MAZUOLLI, 2014). É nesse sentido que se tem a Declaração de Madri⁷ a qual afirma que a:

A deficiência é uma questão de direitos humanos. As pessoas com deficiência gozam dos mesmos direitos fundamentais que os restantes cidadãos. O artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos do Homem declara: *todos os seres humanos são livres e iguais em dignidade e direitos*. Para alcançar este objetivo, todas as comunidades devem celebrar a sua diversidade intrínseca e devem assegurar que as pessoas com deficiência possam desfrutar integralmente dos direitos humanos: civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, reconhecidos nas diversas Convenções Internacionais, no Tratado da União Europeia e nas constituições nacionais (MADRI, 2002).

Portanto, depois de séculos de exclusão/segregação e até mesmo de

⁵ Interessante notar que a passagem do Estado Liberal para o Estado social não ocorreu no mesmo momento e em todos os lugares, foi um avanço paulatino de lutas internas e movimentações políticas dentro dos países. O primeiro texto constitucional que tratou de direitos sociais foi a constituição do México em 1917, seguido da constituição de Weimar na Alemanha em 1918. No Brasil, a matéria somente foi constitucionalizada em 1934 no governo de Getúlio Vargas.

⁶ A primeira geração de direitos são os chamados direitos individuais, surgidos a partir do século XVIII e consagrado nas primeiras constituições europeias e americanas, como a constituição dos EUA.

⁷ Trata da não discriminação e a da ação afirmativa que resultam em inclusão social - Aprovada em Madri, Espanha, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

extermínio de pessoas com deficiência, como será visto no próximo tópico, o século XX chega como o florescer dos novos tempos, no qual os direitos sociais, os políticos, os econômicos e até os culturais são pautados como questões de primeira necessidade para uma vida digna, principalmente, para os grupos que sempre foram considerados excluídos de qualquer política pública, como o caso das pessoas com deficiência.

1.1 A evolução histórica do tratamento dado às pessoas com deficiência

A forma como as pessoas são vistas e tratadas na sociedade, depende do momento histórico, da cultura, do modelo econômico e da organização política e social. Desta forma, faz-se necessário refletir como as pessoas com deficiência, foram vistas e tratadas ao longo da História. A temática será analisada da mesma forma como no tópico anterior, a partir da visão ocidental, partindo da Antiguidade Clássica até o período contemporâneo.

Piovesan (2012), ao analisar a história da sociedade, divide didaticamente a visão sobre a pessoa com deficiência em quatro fases: a fase de intolerância, em que a deficiência simbolizava impureza, pecado, ou mesmo, castigo divino; a fase da invisibilidade, a pessoa deficiente não era vista pela sociedade; a terceira fase orientada por uma ótica assistencialista, pautada na perspectiva médica e biológica de que a deficiência era uma “doença a ser curada”, sendo o foco centrado no indivíduo “portador da enfermidade” e finalmente a quarta fase orientada pelo paradigma dos direitos humanos em que emerge o direito à inclusão social.

Cada uma dessas fases está atrelada a um momento histórico, o qual coincide com a evolução dos direitos humanos visto anteriormente. Para tanto, neste tópico tem-se a revisão das fases históricas com foco no tratamento dado às pessoas com deficiência.

1.2 A antiguidade clássica

Costa (2008, p. 23) diz que na “antiguidade e entre os povos primitivos, o tratamento destinado às pessoas com deficiência possuía duas vertentes: o extermínio ou a proteção”. No que tange a proteção, Silva (1987) relata que em Atenas era dado aos soldados feridos e seus familiares vantagens de diversas naturezas. De acordo com o mesmo autor, uma lei do legislador Sólon (640 a 558 a.C.) determinou que os soldados feridos gravemente e os mutilados em combate deveriam ser alimentados pelo Estado.

Já na linha do extermínio, tem-se o exemplo da cidade Espartana onde, de acordo com Silva (1987, p. 82), em relação às crianças,

[...] se lhes parecia feia, disforme e franzina', como refere Plutarco, esses [...] anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado 'Apothetai', que significa 'depósitos'. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, para lá a criança ser lançada e encontrar sua morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto que desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida ('LICURGO', DE PLUTARCO).

Outro ponto que merece destaque é que o extermínio era defendido até por grandes filósofos como Platão (2001) que, em seu livro *A República*, afirmava que as crianças que receberam "corpo mal organizado", deveriam ser deixadas para morrer. Silva (1987) escreve que tanto os bebês nascidos prematuramente (antes do 7º mês de gestação), quanto os que apresentavam sinais da chamada "monstruosidade" não tinham condições básicas de capacidade de direito.

Esse fato se confirma com a famosa lei das XII tábuas, na Taboia IV que tratava "sobre o Direito do Pai e Direito do Casamento", assim era descrito: "Lei III - O pai imediatamente matará o filho monstruoso e contrário à forma do gênero humano, que lhe tenha nascido há pouco⁸".

A partir dessa situação, é possível perceber que a questão do extermínio ou exposição era algo natural na antiguidade clássica, como forma de manter a sociedade bem organizada. Importante destacar que a sociedade era antropocêntrica e valorizava a simetria e a beleza. Nossa sociedade moderna herdou essa cultura e isso explica em parte o motivo das pessoas com deficiência serem em grande medida ridicularizadas e discriminadas.

Em que pese essa fase do extermínio de crianças com deficiência ter sido uma prática estatal, não era incomum, no vasto império romano, por exemplo, ver crianças com deficiência sendo utilizadas para pedir esmolas. Aliás, Silva (1987) fala que há notícias de que havia um grande comércio para compra e venda de homens sem pernas ou braços, de três olhos, gigantes, anões, hermafroditas e que era notória a utilização de mulheres cegas como prostitutas, além de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar.

⁸ Tabula IV - De Jure Patrio et Jure Connubii Lex III - Pater filium monstrosum et contra formam generis humani, recens sibi natum, cito necato

1.3 A sociedade Hebraica, o Cristianismo e sua influência na sociedade Feudal

Analisando a sociedade hebraica, povo que deu base à religiosidade ocidental monoteísta, Silva (1987, p. 46) descreve que para eles tanto “a doença crônica quanto à deficiência física ou mental e mesmo qualquer deformação por menor que fosse, indicava certo grau de impureza ou de pecado”. Esse pensamento é percebido de forma muito clara no livro de Levítico⁹, o qual descreve que:

O homem de qualquer das famílias de tua linhagem que tiver deformidade corporal não oferecerá pães ao seu Deus, nem se aproximará de seu Ministério; se for cego, se coxo, se tiver nariz pequeno ou grande, ou torcido; se tiver um pé quebrado ou a mão; se for corcunda (Lv. 21:16-18). [...] Todo homem da estirpe do sacerdote Arão que tiver qualquer deformidade (corporal) não se aproximará a oferecer hóstias ao Senhor, nem pães ao seu Deus; comerá, todavia, dos pães que se oferecem no santuário, contanto, porém, que não entre do véu para dentro, nem chegue ao altar, porque tem defeito e não deve contaminar o meu santuário (Lv. 21:21-23).

Não obstante a esse preconceito, os mesmos textos bíblicos relatam que Moisés em suas orientações alerta seu povo para “não amaldiçoar o surdo, nem pôr tropeços diante do cego, mas temer o Senhor Deus, porque ele é o Senhor” (Lv. 19:14). O preconceito não pressupõe o desprezo, o fato de não se querer pessoas com alguma “deformidade” no altar do senhor não significa que essas pessoas deveriam ser eliminadas, muito pelo contrário, era necessário respeito e cuidado para com eles, exercer a compaixão e a solidariedade, típica dos ensinamentos que mais tarde Jesus vai propagar, dando origem ao cristianismo e sendo um dos fundamentos dos direitos humanos¹⁰.

O crescimento do Cristianismo em Roma ensejou mudanças de mentalidade e comportamentos no império, possibilitando inclusive o surgimento de hospitais destinado ao abrigo de pessoas com deficiência. Assim, se na Antiguidade Clássica a relação com as pessoas com deficiência era de extermínio, com o advento da Idade Média e a cultura da caridade e do amor ao próximo, não se permitiu mais o extermínio.

Sob a influência da religião cristã e graças aos seus preceitos de mansidão, de caridade e de respeito a todos os semelhantes (motivos bastante sérios

⁹ Livro bíblico que indica um conjunto de normas e orientações para os sacerdotes.

¹⁰ A bíblia relata vários milagres que Jesus realizou. Em relação a curas em pessoas com deficiência e a grande maioria eram pessoas com deficiência visual, sendo possível destacar: Cego de nascimento - João 9:1-7; Cego em Betsaida - Marcos 8:22-26; Cego Bartimeu de Jericó; Marcos 10:46 e Lucas 8:35-43; Dois cegos de Jericó - Mateus 20:29-34; Dois cegos de Cafarnaum - Mateus 9:27-31; - Cegos na Galileia - Mateus 15:29-31; Cego e mudo - Mateus 12:22.

para dedicação a uma beneficência ativa e voltada à população mais pobre) começou logo a ocorrer o surgimento de hospitais em algumas localidades, marcados pela finalidade expressa de abrigar viajantes enfermos de um lado, e doentes agudos ou crônicos (e dentre estes muitos casos de pessoas deficientes) de outro lado (SILVA, 1987, p. 111).

Contudo, o fato dos ensinamentos de Jesus estar voltado a um tratamento mais humano e digno, não fez desaparecer o preconceito contra esse seguimento. A mentalidade religiosa dessa época relacionava a deficiência ao pecado e isso fazia com que crianças com deficiência ficassem escondidas para encobrir o pecado da família, começa assim a fase considerada de segregação.

Como a idade média foi basicamente dominada pela igreja, em relação ao acesso à vida sacerdotal por pessoas com deficiência, de forma geral, não havia impedimento para que elas fossem ordenadas sacerdotes, contudo, segundo os textos de autoridades religiosas da época, cegos e surdos eram impedidos ao sacerdócio tendo em vista que esse tipo de deficiência os incapacitava de exercer algumas funções sacerdotais. Já aquele que acabava adquirindo alguma deficiência, depois de ter se tornado padre, poderia exercer suas funções clericais desde que não causasse repulsa ao povo (FIGUEIRA 2015).

1.4 O alvorecer da modernidade

Com o fim da Idade Média e a chegada do Renascimento, a sociedade europeia passou por profundas transformações e uma nova concepção de mundo começava a surgir, pautada em novos valores sociais, políticos e econômicos, o teocentrismo típico do medievo dá lugar ao resgate do antropocentrismo clássico, colocando a felicidade humana no centro das discussões. Nesse sentido, segundo Silva (1987, p. 160), “muitos esforços começaram a ser desenvolvidos para compreender os problemas vividos por seres humanos deixados à margem da sociedade por milênios”.

É nesse momento que alguns instrumentos foram criados para facilitar a vida das pessoas com deficiência: bengalas, bastões de apoio, calçados especiais, muletas, coletes, próteses, carros adaptados e muitas outras ideias (SILVA, 1987). Contudo, essas ações eram puramente individuais e não existia uma ação enquanto política pública do Estado, o que somente ocorre no século XX com o debate dos direitos fundamentais de segunda geração, os direitos sociais, com um agir do Estado, tendo este a função de garantidor das políticas públicas.

Silva (1987) destaca ainda que, a situação das pessoas com deficiência visual era bem diferente da situação de outras deficiências, pois em algumas localidades como a França existiam abrigos que aceitavam os cegos mais pobres e que entre os reinados de Luiz IX e Luiz XVI os cegos emanciparam-se, chegando a receber privilégios tanto de reis quanto de bispos da Igreja Católica, chegando mesmo a acumular riquezas e a vestir-se com veludo, que era um tecido muito caro naquela da época.

Até o início da Idade Moderna, com o resgate da cultura greco-romana, pairou, na mentalidade dos povos, a ideia de que aquilo que acontecia ao ser humano estava ligado ao sobrenatural, já que as superstições eram muito presentes no imaginário popular. Porém, com o desenvolvimento da ciência e o afastamento do pensamento cristão medieval, o olhar científico e racional se tornou mais aceitável, passando-se a ter uma análise mais empírica e menos supersticiosa, buscando-se explicações mais racionais para os fatos naturais e sociais.

É nesse contexto que, no final do século XVII, surge o movimento chamado iluminista, entre os grandes pensadores, pode-se destacar Diderot que teve importante contribuição ao escrever a Carta sobre os Cegos na qual propôs o ensino para cego através da leitura pelo uso do tato. Décadas mais tarde, foi inventada na França uma máquina para imprimir letras especialmente para proporcionar a leitura a cegos.

Silva (1987) destaca que surgiu nesse período os primeiros esforços efetivos para melhorar a educação dos cegos. Valentin Haüy (1745 a 1822), que mais tarde seria reconhecido como "Pai e Apóstolo dos Cegos", inspirado nas ideias de Diderot, deu atenção especial à educação dos deficientes visuais, chegando a fundar em Paris o Instituto Nacional dos Jovens Cegos, no ano de 1784. Esse instituto foi muito importante, tendo em vista que não era apenas para asilar os cegos, mas um espaço de educação formal que influenciou outros espaços pelo mundo afora, inclusive aqui no Brasil com a criação do Instituto Benjamin Constant em 1850¹¹.

O século XIX foi marcado por avanços significativos no campo do atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência visual. Silva (1987) relata que no início do século, um oficial do exército francês, Charles Barbier foi até ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris apresentar seu invento, era a

¹¹ Para saber um pouco mais pode ser acesso o link: <http://www.ibc.gov.br/o-ibc>.

sonografia¹² para o uso de cegos. A ideia agradou e começou a ser utilizada para os alunos lá internados.

Outro avanço importante, neste século, foi o livro para cegos, porém o mais marcante foi o desenvolvimento da escrita Braille. No Instituto Nacional dos Jovens Cegos, o professor Louis Braille (1809 a 1852), baseado no invento de Charles Barbier e, em sua experiência acumulada, desenvolveu um sistema próprio que utilizava pontinhos em relevo, podendo ser lidos e produzidos com facilidade pelos cegos.

Em suma, na combinação de apenas seis pontinhos em relevo, Louis Braille garantia noventa e seis símbolos para letras comuns e acentuadas, números, pontuação e outros mais. Esse sistema é utilizado ainda hoje no mundo todo e tem oportunizado o processo de alfabetização de muitas pessoas com deficiência visual (SILVA, 1987).

Desta forma, foi possível perceber que a partir do Iluminismo e das grandes revoluções do século XVIII (Revolução Industrial e Revolução Francesa):

[...] a sociedade de muitos países europeus pensara um pouco nos seus grupos minoritários e marginalizados como uma de suas muitas responsabilidades e não apenas como objeto de promoções caritativas e de caráter voluntário. Chegou-se à conclusão de que a solução para esses problemas não era apenas uma questão de abrigo, de simples atenção e tratamento, de esmola ou de providências paliativas similares, como sucedera até então (SILVA, 1987, p. 183).

No início do século XX, a sociedade começa a cobrar do Estado uma postura positiva, garantista e de atuação, desta forma surge os direitos de igualdade, a segunda geração de direitos, entre eles o direito à educação e ao trabalho como dever do Estado e não apenas de alguns abnegados, até porque muitas deficiências eram ocasionadas pelas péssimas condições de trabalho nas fábricas o que forçou a sociedade a lutar por um conjunto de direitos trabalhistas de proteção (FERRAZ, 2012).

A partir das grandes guerras mundiais, o mundo teve que se deparar com muitos mutilados, pessoas que se tornaram deficientes em defesa de seu país. Essas pessoas não podiam simplesmente ficar sem nenhum amparo. Então, no mundo pós-guerra, começou toda uma luta por políticas de integração/inclusão da pessoa com

¹² A princípio essa invenção tinha sido idealizada para ser usado na transmissão de mensagens no campo de batalha à noite, sem chamar a atenção do inimigo pelo uso de qualquer ponto de luz.

deficiência, pautada pela palavra de ordem “*nothing about us without us*”¹³, segundo a qual as pessoas com deficiência, paulatinamente, começavam a ser vistas como sujeitos de direitos e desejos, na direção ao rompimento das políticas meramente assistencialistas e da possibilidade do pleno exercício da cidadania com leis que garantissem o direito de ir e vir por meio do rompimento de barreiras arquitetônicas e até culturais, bem como a concretização dos direitos consagrados no artigo 6º de nossa carta maior.¹⁴

Percebe-se dessa forma que, cada vez mais, as pessoas com deficiência têm rompido o estereótipo da incapacidade e buscado tomar as “rédeas” da condução de sua própria história, tomando suas próprias decisões em relação às políticas voltadas para suas necessidades. A luta por seu espaço e pela concretização dos direitos se cristalizou na garantia legal e até constitucional do acesso à educação, como se verá no próximo capítulo.

¹³ Tradução Livre: “*Nada a nosso respeito sem a nossa participação*”. Cf., FONSECA, 2012, O novo conceito constitucional de Pessoa com Deficiência: Um ato de Coragem *in* Manual dos direitos da Pessoa com Deficiência. p. 23.

¹⁴ Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010). (BRASIL, 1988).

2 A LEGISLAÇÃO PROTETIVA E SUA REPERCUSSÃO NO PROJETO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DO IFPA CAMPUS TUCURUÍ

A educação tem seu processo de constitucionalização, no Brasil, a partir da década de 30, especificamente na Constituição de 1934, onde foram inseridos os chamados direitos de segunda geração que começam a se desenvolver exatamente a partir das primeiras décadas do século XX como pudemos observar no capítulo anterior.

Nesse contexto, o processo de universalização da educação foi muito lento, porém mais lento ainda foi o reconhecimento do direito à educação para as pessoas com deficiência. A princípio não se imaginava que seria possível educá-las, por isso, as pessoas com deficiência eram colocadas em asilos ou deixadas em quartos, escondidos das visitas. Posteriormente, começou-se a vislumbrar uma possibilidade de educação com vistas a proporcionar à pessoa com deficiência a necessária integração ao ambiente social, este processo era focado no “problema” do indivíduo, no sentido de torná-lo “normal” no seio educacional e social.

Interessante perceber que esse paradigma de integração foi um avanço para época, pois como dizia Carvalho (2000), a integração tinha como objetivo fazer com que a criança sem e com deficiência estivessem no mesmo ambiente, possibilitando estimular a solidariedade em detrimento da piedade, fazendo-se assim com que essas crianças pudessem gradativamente estar presentes nos círculos sociais comuns.

Contudo, muitas críticas foram feitas a esse modelo, como diz Fernandes (2011),

[...] a Educação Especial, sob a perspectiva da integração, ocupou-se da “deficiência” ao tentar fazer falar e ouvir aos surdos, ao exercitar membros lesados de crianças com deficiência física neuromotora, de estimular resíduos visuais de alunos com baixa visão, entre outras práticas pedagógicas que poderiam imprimir mudanças atitudinais e metodológicas na educação comum. Em que pese a importância do trabalho de reabilitação de deficiências na história da humanidade, é necessário situar a natureza clínica dessa ação, sob a ordem do discurso médico (p.73).

Nesse modelo educacional integracionista, todos os estudantes deviam seguir o mesmo método pedagógico, avançar no mesmo ritmo e serem avaliados da mesma forma, assim, os alunos que não conseguissem se enquadrar nos padrões considerados aceitáveis, eram rotulados como “deficientes” ou “excepcionais” e, para tanto, não poderiam estar nas classes normais, deveriam ser encaminhados para

escolas especiais. E mesmos nessas escolas especiais buscava-se tornar a pessoa com deficiência o mais “normal” possível, a fim de que elas se integrassem na sociedade.

Na década de 70, no contexto do regime militar, período que teve destaque, na política brasileira, a doutrina do capital humano, adotou-se o discurso de uma educação com vistas ao desenvolvimento da nação, privilegiando a educação de alguns em detrimento de outros, assim estava expresso no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/1974:

Enquanto não se abrir largamente as portas da educação a cada um, o interesse nacional recomenda que se favoreça a ascensão cultural dos mais talentosos, os mais capazes de mobilizar a ciência e a técnica em favor do progresso social. O único bem que nação alguma está em condições de desperdiçar é o talento de seus filhos (MEC/SG, 1971, p.16).

Esse documento que destaca como prioridade a educação para os “mais talentosos¹⁵”, reconhece a necessidade da educação das pessoas com deficiência, contudo, uma educação voltada para o mundo da produção, diga-se de passagem, para funções subalternas. Assim, o movimento de integração coincide com o período militar brasileiro, o qual se buscava uma educação voltada para a formação de mão de obra.

Neste ínterim, no paradigma da Integração, as questões estavam mais localizadas no sujeito como alvo das mudanças e não na sociedade, ou seja, foca-se naquilo que eles poderiam oferecer e não em como adaptar a sociedade às suas particularidades. Assim, a Educação Especial estava organizada de forma a viabilizar as modificações individuais necessárias à adaptação do indivíduo naquilo que era padrão social considerado normal (FERNANDES, 2011).

A partir dessa visão, muitas críticas ocorreram e, na década de 90, iniciou-se um movimento que pretendia estabelecer novos paradigmas, o da inclusão ou modelo social que privilegia as diferenças, sendo, pois difundido a partir das Declarações de Jomtien (1990); Salamanca (1994) e da Convenção da Guatemala (1999).

Fernandes (2011) enfatiza que:

O movimento pela inclusão busca ampliar a ação da escola em relação ao

¹⁵ Recentemente, neste ano de 2019, o ex-ministro da Educação (Ricardo Vélez Rodriguez) do Governo Bolsonaro, afirmou em entrevista, que a Universidade deve ser somente para uma elite, indo na contramão de todo o avanço histórico do direito à educação.

processo de ensino e aprendizagem e seus desdobramentos, contemplando as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, independentemente de suas singularidades. Assim, temas como gestão participativa da escola, formação inicial e continuada, diversidade e educação, necessidades educacionais especiais, entre outros, passam a integrar as agendas governamentais e a direcionar o debate acerca da inclusão (p. 80).

Paralelo ao movimento de inclusão cresceu também o movimento de empoderamento no qual, de acordo com a Declaração de Sapporo, que aconteceu no Japão em 2002, os grupos organizados afirmavam que:

[...] Nós somos os peritos sobre nossa situação e devemos ser consultados em todos os níveis, sobre todas as iniciativas pertinentes a nós. Se desejarmos ter uma voz forte, devemos estar unidos em nosso trabalho, devemos construir uma organização forte. Devemos compartilhar nosso conhecimento, nossa experiência e nossos recursos e encorajar a formação de lideranças jovens. Devemos usar a tecnologia como um meio para comunicar, discutir e promover nossas questões e preocupações.

Neste sentido, a escola além de estar aberta deve ser um local de acessibilidade e estímulo à convivência, pois como diz a referida convenção, as crianças são enriquecidas pela consciência e aceitação de todas quando convivem juntas, por isso é necessário que os governos em todo o mundo erradiquem a educação segregada e estabeleçam uma política de educação inclusiva (SAPPORO, 2002).

A grande diferença entre o modelo de integração e o modelo inclusivo é que:

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (CNE/CEB, parecer 17/2001, p. 15).

Vale salientar que esse modelo de inclusão foi incorporado em nossa carta constitucional que estabelece em seu Art. 206 que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Essa igualdade, retratada em nossa carta maior, é a igualdade material, também chamada de isonomia que, segundo o ilustre Jurista Rui Barbosa (1999), é necessário tratar os iguais de forma igual e os diferentes de forma diferente, na exata medida de suas diferenças.

É bom destacar também, o avanço do Brasil na legislação protetiva, em especial em relação à pessoa com deficiência. A começar pelos dispositivos constitucionais. A Constituição Cidadã de 1988 destaca em seu artigo 208, inciso terceiro, que *“o dever do Estado com a educação deve ser efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino”*.

Esse atendimento educacional especializado faz alusão ao conjunto de esforços no sentido de garantir a acessibilidade e inclusão, assim é preciso ter pessoal capacitado, material adequado, com tecnologia assistiva se for o caso, adaptação curricular e estrutura física adaptada. Só desta forma, será possível garantir a igualdade material que tratamos no capítulo anterior.

Abaixo da Constituição se tem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que reservou um capítulo para tratar dessa temática. O capítulo é chamado de “Da educação Especial”¹⁶ a qual é tratada como uma modalidade de educação que deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, devendo existir apoio especializado quando necessário para atender as peculiaridades dos alunos. No caso de alunos cegos, sempre é necessário ter um profissional tradutor de braile, impressoras que imprimam em alto relevo e material adaptado, tendo em vista que o aluno tem sua percepção de mundo através do tato.

Interessante destacar ainda a recente alteração na LDB, introduzida pela lei 13.632/2018, a qual estabelece que a oferta da educação especial tenha início na educação infantil e se estenda ao longo da vida, ou seja, enquanto o aluno estiver na escola ele deve ter atenção especial. A própria LDB descreve algumas dessas atenções especiais que devem ser dispensadas aos alunos com deficiência, entre elas:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os

¹⁶ De acordo com Segalla *in* FERRAZ, Carolina Valença *et al* (2012), o legislador ordinário cometeu uma impropriedade técnica ao adotar essa expressão, e que esta deve ser lida e interpretada nos moldes da Constituição, ou seja, como atendimento educacional especializado.

órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Em 2015, foi aprovada a Lei 13.146/2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, chamada de Estatuto da Pessoa com deficiência. No que tange à educação, essa lei reforça a ideia de que a educação também é um direito da pessoa com deficiência e que é preciso desenvolver um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, proporcionando aprendizado ao longo de toda a vida para que essas pessoas possam alcançar o máximo de desenvolvimento possível dos seus talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem de cada um.

Na prática, a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não trouxe muita novidade, apenas executou a política de inclusão determinada pela convenção da pessoa com deficiência que foi reconhecida pelo Brasil, em 2007, equivalendo a emenda à constituição por força do § 3º do art. 5º da Constituição¹⁷ (FARIAS, 2016).

Apesar de não inovar, a Lei 13.146/2015, é um documento importante porque unifica a vasta legislação esparsa no ordenamento jurídico Brasileiro e estabelece alguns prazos, o qual se espera que possam ser cumpridos ou pelo menos que o poder judiciário possa condenar o Estado a executar, pois desde a constituição de 1988, a inclusão e a necessidade de atendimento educacional especializado constam como um direito, no entanto, pela chamada “teoria da reserva do possível”¹⁸, muitas vezes, o poder judiciário não garante via justiça o direito pleiteado.

Além da legislação Constitucional e das legislações específicas, como a LDB e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, podemos destacar no âmbito interno, a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008) que, em seu artigo 6º, assim dispõe:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local,

¹⁷ Art. 5º § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (BRASIL, 1988)

¹⁸ Pela teoria da reserva do possível os Juízes deixam de condenar o Estado quando a condenação onerar muito os cofres públicos, pois, faz-se a ponderação de que as necessidades são maiores que as possibilidades, nesse sentido, optar pela coletividade em detrimento ao indivíduo.

regional e nacional (BRASIL, 2008).

Além disso, o Estatuto do IFPA, em seu artigo 3º, preceitua que a instituição, em sua atuação, deve observar os princípios norteadores como o compromisso com a inclusão e justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente em especial ao meio amazônico, transparência e gestão democrática bem como o compromisso com a formação humana integral e emancipatória, com a produção e difusão de conhecimentos científicos tecnológicos, com alcance à inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais.

Em 2016, a Lei 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, sofreu alteração pela Lei nº 13.409, de 2016 que passou a prever expressamente a reserva de vagas nessas instituições para pessoas com deficiência.

Nesse sentido, percebe-se que os documentos legais brasileiros não são silentes, pois se percebe que há uma nítida preocupação com a inclusão da pessoa com deficiência e a formação integral do ser humano, aliás, os Projetos Pedagógicos de curso (PPC) do IFPA-Campus Tucuruí, além das habilidades específicas de cada curso, estabelecem que, na formação técnica, os egressos devem atuar de forma ética, cidadã e com consciência ambiental, reunindo dessa forma, componentes das ciências humanas que contribuirão para sua formação na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa.

O que está presente no PPC dos cursos é a base do ideal de uma educação profissional pautada no tripé: o trabalho como princípio educativo, a formação integral e a politecnicidade¹⁹. Assim, um dos objetivos desta pesquisa é compreender o sentido do trabalho presentes nos discursos dos alunos, desta forma, para cumprir essa meta, iremos debater um pouco mais sobre esse tema no próximo tópico.

2.1 O trabalho como Princípio Educativo

Uma das bases conceituais da educação profissional e tecnológica, numa perspectiva progressista, é o trabalho como princípio educativo, ao lado da educação

¹⁹ Para Saviani (2007) a politecnicidade toma como pressuposto a possibilidade de que o processo de trabalho se desenvolva de modo a assegurar a indissociabilidade entre atividades manuais e intelectuais.

integral²⁰ e da politecnia (BRASIL, 2007). Neste tópico, no entanto, trataremos apenas do trabalho como princípio educativo, já que está inserido como uma das possíveis categorias a serem analisadas nas reminiscências dos egressos.

A fim compreender a importância da contextualização para a compreensão do momento presente, faremos em um primeiro momento um apanhado dos aspectos histórico-sociais que conduziram à dicotomia entre o trabalho e a educação, para a partir daí, refletir sobre a necessidade de superação dessa dicotomia com vistas à unidade entre essas duas dimensões da vida humana, na perspectiva de se ter o trabalho como princípio educativo no processo de formação profissional e tecnológica.

Nesse sentido, Antunes (2009), destaca que a racionalidade é um atributo essencial do ser humano e é através dessa racionalidade que o homem interage com a natureza e dessa interação ocorre sua transformação que é adaptada às necessidades humanas, nesse processo dialético homem/natureza, estaria presente a sentido ontológico do trabalho.

Diante disso, é possível dizer que o homem aprende enquanto trabalha numa constante formação e transformação, pois:

[...] a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo (SAVIANI, 2007, p.154).

Esse sentido ontológico do trabalho era comum nos primórdios da humanidade, nas sociedades primitivas, pois o trabalho era algo natural e essencial a todos os integrantes da comunidade, não havia um valor em si no trabalho, posto que este se relacionava ao cotidiano da vida em comunidade, neste sentido, não existia a ideia de acumulação de riquezas pelo trabalho, típico do modelo atual capitalista.

Contudo, com o crescimento populacional, as pequenas comunidades vão se agregando em comunidades maiores até que ocorre uma divisão entre os que devem trabalhar e os que devem administrar (governar). Os que trabalham são responsáveis por sustentar aqueles que têm como missão liderar a comunidade. Neste momento, inicia-se a organização das sociedades mais complexas, na qual há

²⁰ Para aprofundar: CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) . Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105

uma nítida divisão de trabalho, uns executam e outros obedecem.

Essa divisão de tarefas acaba por dar outro significado para a palavra trabalho, associando-o com a ideia de castigo e dor. Aliás, para muitos linguistas, a palavra trabalho surgiu a partir do sentido de tortura – *tripaliare* – máquina de três pontas, um instrumento típico de tortura da Antiguidade Clássica, por outro lado há quem discorde, como Vidigal (2014), o qual afirma que essa concepção vem perdendo força ao longo do tempo, reforçada pela fala de Arend (2007) que enfatiza que o labor era visto como algo negativo na antiguidade clássica pelo preconceito dos historiadores modernos que viam o trabalho como uma atividade típica dos escravos.

Em outro sentido, Aristóteles (2001), em seu livro “A Política”, traça o perfil do bom cidadão e afirma que:

O certo é que a cidade-modelo não deverá nunca admitir o artesão entre os seus cidadãos. Não admitindo, será então possível afirmar que a virtude política de que falamos não é de todo cidadão, mas apenas do homem livre – e assim se dirá que ela é de todos os que não têm necessidade de um trabalho para viver (p. 86).

No excerto acima, é nítido que, para os gregos antigos, ao menos na visão filosófica, pairava a ideia de que o trabalho era algo desprezível, pois o trabalhador, ao se dedicar aos seus afazeres, a sua sobrevivência, não podia cuidar das coisas da polis (cidade) somente de suas coisas individuais, sendo, neste ínterim, considerado um idiota²¹, e, portanto, sem tempo também para poder participar da *scholé*.

Percebe-se que é nesse contexto complexo das organizações sociais que surge um espaço reservado e dedicado a ensinar os filhos dos detentores do poder, dos governantes, assim surge a escola. Saviani (2007) diz que a palavra escola deriva do grego e significa etimologicamente:

o lugar do ócio, tempo livre. Era, pois, o lugar para onde iam os que dispunham de tempo livre. Desenvolveu-se, a partir daí uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho (p.155).

Percebe-se, assim, a dicotomia entre trabalho e ociosidade. Aristóteles

²¹ Do grego “*idiótes*”. Na acepção original, *idiota* designava literalmente o cidadão privado, alguém que se dedicava apenas aos assuntos particulares em oposição ao cidadão que ocupava algum cargo público ou participava dos assuntos de ordem pública. Extraído de <http://www.significados.com.br/idiota>.

(2001) chega a pregar que o Estado para ser melhor conduzido, deveria ser constituído por homens justos e, neste sentido, os cidadãos não deveriam levar a vida de mecânico ou de mercante, pois essa espécie de vida era desprezível e contrária à virtude, nem tampouco ser camponeses, conclui dizendo que para ser um bom cidadão, deveriam dedicar-se ao ócio. Dedicando-se a este, teriam tempo para cultivar a virtude e as atividades políticas.

Note-se que a educação, surge junto com o trabalho e, o homem é transformado em homem a partir do trabalho, ou seja, da sua relação com a natureza. Desta forma, a interação do homem com o meio gera o trabalho e trabalho é educação, pois enquanto o homem trabalhava também se educava, esse aprendizado é ensinado, e assim, o conhecimento acumulado é repassado de geração para geração.

Desta forma, se nas comunidades primitivas não se separava trabalho e educação, agora, a partir do surgimento das sociedades mais complexas surge um espaço destinado puramente à educação e apropriado pela elite que detém o poder: é a educação formal e esse espaço é a Escola que acaba por refletir e reproduzir as divisões da sociedade de classes (BOURDIE & PASSERON, 1992).

E assim, aqueles que não podiam estar na escola, pois não tinham tempo livre (ócio), deviam se dedicar ao trabalho e este passa a ser um fardo, como afirma Nascimento *et.al*, (2011) para o qual o trabalho tem significado geral e dá a ideia de fadiga. Aplicando-se a todas as atividades que exigem um esforço penoso e não somente aos trabalhos que produzem valores socialmente úteis. Essa noção está muito presente na sociedade atual, apesar de o trabalho ser uma necessidade humana, ele, para muitos, ainda é considerado um fardo, um peso pelo fruto do pecado: “ganharás o pão com o suor de teu rosto” (GÊNESIS 3:19), fato reforçado pela religiosidade ou pela mitologia²².

É interessante observar que a concepção de trabalho muda de acordo com o momento histórico-social, por exemplo: na Idade Média, o trabalho deixou de ter uma conotação meramente negativa e passa a ser uma responsabilidade divina de um determinado grupo (os servos) em função de um bem maior, a sociedade dos filhos de Deus.

²² Arendt (2007) lembra ainda que Hesíodo, em “os trabalhos e os dias”, afirma que o trabalho, como todos os outros males, provém da caixa de pandora e é uma punição imposta por Zeus porque Prometeu o traiu.

Segundo Salamito (*apud* SILVA, 2013, p. 84), Santo Agostinho concebe o trabalho de Adão no Paraíso não como um esforço extenuante, mas como uma expressão feliz de sua vontade; não como a submissão às necessidades de seu corpo, mas como o livre exercício de sua razão e a oportunidade de louvor a Deus.

Percebe-se, dessa forma, outra significação para a ideia de trabalho, posto que, diferentemente do que acontecia na Antiguidade Clássica em que o ócio era um ideal a ser perseguido; na idade média, os doutores da Igreja defendiam o trabalho como um elemento de ocupação para a mente com o intuito de purificação. Seria o trabalho como elemento não da mera produção e de sobrevivência, mas de contemplação e louvor a Deus.

Dessa forma, fica claro que categorias como a palavra trabalho devem ser vistas e compreendidas dentro de um dado contexto histórico, posto que são significadas e ressignificadas de acordo com os interesses da sociedade dominante.

No que tange à educação, no período da idade Média, a Igreja detinha o monopólio do conhecimento e entre os objetivos da escola mantida por ela, tinham aqueles que se dedicavam à instrução dos futuros monges, as chamadas Escolas para oblatas que ministravam basicamente o ensino religioso.

E existiam ainda as escolas destinadas ao povo, eram escolas monásticas, que se preocuparam basicamente com a catequese. Fora dos mosteiros, existiam as chamadas escolas externas que eram destinadas aos clérigos seculares²³ e a alguns nobres que tinham vontade de estudar. É importante destacar que não havia muito estímulo ao estudo nesse período, a não ser que a pessoa quisesse se dedicar à administração pública. Ponce (1995) dizia que as escolas externas dos mosteiros produziam Juristas doutos, secretários práticos e dialéticos hábeis, capazes de aconselhar imperadores e de fazer-se pagar regamente pelos seus serviços.

Percebe-se que a educação nesse período é de acesso a poucos e com uma destinação muito peculiar, voltada para a vida religiosa ou para administração do Estado. Assim, a dualidade continua a persistir, sendo a escola para poucos e com uma função social destinada a manter a estrutura social vigente.

A partir da chamada baixa Idade Média, uma nova classe social é forjada, a burguesia, nascida a partir do desenvolvimento comercial dos burgos (cidades medievais). Com ela, novos ideais foram pregados e novos valores difundidos. Surge

²³ Os Clérigos seculares eram os responsáveis pela administração da igreja.

aí o advento da Idade Moderna e, com ela, o surgimento do capitalismo e do trabalho como necessidade para o progresso da humanidade e, posteriormente, como elemento de dignidade humana.

Para a Igreja Católica, que dominou o pensamento cultural durante toda a Idade Média, o trabalho era destinado a um determinado grupo, os servos, como forma de sustentar a sociedade. Contudo, a nova classe social que surge, a burguesia, dá outro valor e significado ao trabalho, pois é a partir dele que essa classe irá conquistar o poder econômico e posteriormente o poder político.

A Reforma Protestante deu o fundamento necessário para fortalecer o desejo da burguesia pelo acúmulo da riqueza, e nenhum pensamento foi mais eficiente nesse sentido do que o pensamento calvinista, nas palavras de Liberal (2012):

Na Idade Média, julgava-se que o ser humano obteria a salvação pelo isolamento e pela fuga dos prazeres mundanos; esse ascetismo acentuado, essa ótica sofreu no Calvinismo uma grande metamorfose: os valores materiais, a posse de bens, obtido pelo trabalho, passou a ser entendido como importantes para a salvação do homem, uma vez que o trabalhador agisse sempre em consonância com a ética social e religiosa, considerando seu trabalho como benção outorgada por Deus para a redenção humana (p.137).

Calvino chegou a afirmar que, dentre as coisas deste mundo, o trabalhador é o mais semelhante a Deus e que “os ociosos suprimem os dons de Deus, enquanto que o trabalho homenageia a Deus” (SILVA, 2013, p. 86). A partir desse momento, é nítido como a concepção de trabalho muda bruscamente, sendo agora elemento para a salvação e progresso humano, chegando a ser um ideal em si mesmo, o que levou Max Weber (1996) a indagar em seu livro *A ética protestante e o espírito do Capitalismo* que:

Se lhes perguntarmos qual o significado de sua atividade sem descanso, porque nunca estão satisfeitos com o que têm, parecendo não fazer sentido de qualquer ponto de vista puramente mundano, talvez nos deem uma resposta, se tiverem uma: para garantir o futuro a meus filhos e meus netos [...] Com muito mais frequência, uma vez que tais motivos não lhes são peculiares, mas seriam igualmente efetivos para os tradicionalistas e, mais corretamente, a resposta seria tão só: o negócio, com o seu incessante trabalho, tornou-se uma parte necessária de suas vidas. E essa seria de fato a única motivação possível, mas ao mesmo tempo nos diz que, do ponto de vista da felicidade pessoal, parece tão irracional este tipo de vida na qual o homem existe para o seu negócio, quando deveria ser o contrário (WEBER, 1996, p. 29).

Se na antiguidade clássica, buscava-se o pleno ócio²⁴ com o fito de se ter tempo para a política (polis), com o advento do pensamento burguês protestante, a lógica é o trabalho, sendo este agora um fim em si mesmo. Contudo, que pese o trabalho começar a ser valorizado a partir do pensamento reformista burguês do século XVI, de acordo com Gomes *et al* (*apud* KRAWULSKI, 1998):

(...) somente a partir do século XVIII é que o trabalhador passou a adquirir nome e cidadania, pois o “labor”, a forma de trabalho emergente, libertou-o do antigo “tripalium” (sentido pejorativo, de tortura) e o colocou num mercado de trabalho no qual disporá de sua força e comercializá-la-á com o capitalista, em troca de salário.

Desta forma, é a partir da revolução industrial, no século XVIII, que o trabalho ganha a conotação que se tem hoje. O homem passa a ser visto como um componente de uma força de trabalho na engenharia capitalista e o indivíduo é transformado em trabalhador, dando ênfase à dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

É nesse contexto que o conceito de Escola é repaginado, assumindo seu atual *status* o de ser centro oficial da educação. O ufanismo liberal propagava a necessidade de uma educação e uma escola de formação geral para todos, porém o tipo de educação não poderia ser o mesmo, era necessária uma educação para a classe dirigente e outra para a classe trabalhadora, tem-se então a conhecida dualidade, a escola que prepara para uma profissão, destinado aos filhos dos trabalhadores e uma escola que prepara os filhos da classe burguesa para serem dirigentes (FRIGOTTO, 2005).

2.1. 1 A necessidade da superação da dicotomia trabalho/educação

O modelo de educação dicotômica criado para reforçar a divisão da sociedade entre governados e governantes persiste até hoje e é reforçado para manter a sociedade da forma que está, porém é necessário outro modelo de educação e de sociedade, um modelo que privilegie de fato a educação como um instrumento de libertação e não de opressão, uma sociedade que beneficie as pessoas como um todo, fruto do que são e não do que podem oferecer.

É óbvio que um modelo de educação nos moldes apresentados

²⁴ Etimologicamente, a palavra negócio indica a negação do ócio.

anteriormente não é possível dentro das atuais estruturas da sociedade capitalista que conhecemos, como bem destaca Mészáros (2011) uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social²⁵.

Assim, no seio desse conflito entre capital e trabalho, no qual por meio do sistema capitalista ocorre a mais brutal exploração do ser humano e, por conseguinte a redução do trabalho à mera força de produção para acumulação de riqueza para o capital surge uma proposta que tem como objetivo resgatar o sentido ontológico do trabalho, levando em consideração que o trabalho é algo intrínseco ao ser humano, pois o homem só se torna sociável pelo trabalho (ANTUNES, 2009), portanto não existiria sociedade sem trabalho.

A partir da ideia do trabalho como princípio educativo é necessário que a educação se preocupe com as relações produtivas e transformadoras do trabalho e não simplesmente uma educação para a lógica do mercado. Não se pode reduzir o trabalho à mera ação de produção de riquezas, é preciso compreender que o trabalho faz parte da vida humana como algo que nos torna quem somos.

Neste sentido, a escola deve levar o aluno a compreender o mundo por meio do conhecimento estruturado e de como os conteúdos escolares se relacionam com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva (FRIGOTTO, 2005).

Neste interim, é preciso que os estudantes consigam compreender como ocorre a transformação do conhecimento, que é a ciência potencial em potencial material. O modelo de escola que privilegie essa relação é o modelo das escolas politécnicas²⁶, defendidas por vários teóricos do socialismo, que foge ao modelo atual de Escola que tende a ensinar a ciência dissociada da prática, fazendo a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

De acordo com Saviani (2003), essa separação entre trabalho manual e trabalho intelectual é uma construção social, além do mais, como diz Arendt (2007), toda atividade exige certo grau de qualificação, tanto a atividade de limpar e cozinhar como a de escrever um livro ou construir uma casa. Desta forma, o trabalho manual

²⁵ Transformação que parece sofrer retrocessos com a eleição do atual governo Bolsonaro e seu Ministros da Educação que neste início de 2019 efetivam cortes significativos no orçamento para a educação básica, afetando diretamente os Institutos federais.

²⁶ Segundo Freitas e Caldart (2017) a escola politécnica diferencia-se de uma escola profissional por ter o centro de gravidade na compreensão dos processos de trabalho, no desenvolvimento da capacidade de unir num todo único teoria e prática, na capacidade de compreender a interdependência dos fenômenos conhecidos, enquanto que o centro de gravidade da escola profissional passa pela capacitação dos estudantes em habilidades de trabalho.

tem aspectos intelectuais tanto quanto o trabalho intelectual tem aspectos manuais, neste sentido uma educação politécnica tentaria resgatar os aspectos ontológicos do trabalho, propondo-se superar a dicotomia entre o trabalho e a educação que existe nesse modelo de sociedade capitalista.

Para Saviani (2007) o trabalho como princípio educativo pode aparecer em três sentidos, todos articulados entre si. Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo determinado pelo grau de desenvolvimento da sociedade, assim sendo, cada modo de produção corresponde a um modelo de educação e este deve estar adequada ao estágio que se encontra a sociedade.

Nesta lógica, é possível tecer críticas, aos chamados modelos prontos e acabados dos pacotes educacionais que, muitas vezes, são impostos para os países periféricos. Nem sempre um modelo de educação que deu certo em um determinado lugar, poderá dar certo em outro, por melhor que sejam as intenções. É preciso observar o grau de desenvolvimento da sociedade. Por isso, muitos modelos europeus não deram certos no Brasil.

Analisando a percepção de trabalho em outro viés, o mesmo se apresenta enquanto princípio educativo quando a educação está sintonizada com o processo produtivo, fazendo com que os alunos compreendam e participem desse processo. A partir dessa lógica, é possível perceber que educação, no Brasil, está dissociada da realidade dos alunos, uma vez que os trabalhadores não sabem o que produzem na totalidade, já que o velho modelo fordista de produção, responsável em fragmentar a produção, ainda é uma realidade no país.

Neste sentido, as pessoas utilizam, por exemplo, as tecnologias, das mais cotidianas, como a energia elétrica às mais modernas como o celular e não compreendem como funcionam e por mais que esses temas sejam explorados em sala de aula, como eletricidade ou a Lei de Faraday, os conteúdos não fazem sentido para os alunos, fazendo com que na prática não se saiba como o mundo funciona.

Portanto, entende-se que uma educação que tenha o trabalho como princípio educativo precisa fazer com que os alunos conheçam, compreendam e saibam como as tecnologias e produtos funcionam, é preciso que o trabalhador tenha conhecimento sobre o modo de produção e a partir daí possa ter acesso àquilo que produz.

Por fim, segundo Saviani (2007), o trabalho é princípio educativo quando se compreende a educação como uma modalidade específica de trabalho. A partir

dessa compreensão, se poria um fim à dicotomia trabalho/educação ou à dualidade da educação propedêutica e educação profissional, pois o ato de pensar e produzir poderiam ser feitas pela mesma pessoa, esse seria o modelo de educação almejado.

Diante do que foi exposto nesse capítulo, fica a pergunta: A formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí foi significativa na vida dos alunos egressos com deficiência visual? Será que o IFPA cumpriu com seu papel enquanto instituição formadora? Será que o trabalho como princípio educativo esteve presente na formação desses egressos?

Assim, com o objetivo de responder a essas e outras questões, é que no próximo capítulo será apresentado, a partir da história de vida dos 03 alunos com deficiência visual egressos do IFPA-Campus Tucuruí, o impacto da formação ofertada pelo campus em sua vida pessoal e profissional.

3 DO CAMINHO METODOLÓGICO À ANALISE DOS DADOS

De acordo com Gerhardt e Silveria (2009, p.12), “metodos significa organização e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação” ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo ou para se fazer ciência.

Para tanto, esse capítulo é destinado a mostrar os caminhos trilhados para o desenvolvimento desta pesquisa, desde a opção pelo método, passando pela coleta à análise dos dados. Sabe-se que a metodologia é de extrema importância, pois é através de seus elementos que se pode traçar o melhor caminho a ser percorrido com o fito de responder de forma segura e clara ao problema que deu origem a essa pesquisa que foi: A formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí foi significativa na vida dos alunos egressos com deficiência visual?

Na busca pelo título de mestre, desde a escolha da temática de pesquisa, passando pelo levantamento e análise dos dados, chegando até a escrita, transcorreu-se um longo caminho onde surgiram muitas dúvidas, inquietações e hipóteses, desafios estes que foram enfrentados no cotidiano da pesquisa e no aprofundamento da metodologia.

Nesse longo caminho, somente uma certeza: a necessidade de escrever sobre inclusão da pessoa com deficiência e as experiências como coordenador do NAPNE, onde acompanhei de perto as dificuldades dos alunos com deficiência visual e dos professores, no processo de educação profissional no IFPA-Campus Tucuruí.

A temática é fruto das experiências de vida, junto à militância política do pesquisador nos movimentos sociais organizados, igreja, sindicatos e associações em defesa dos grupos mais vulneráveis. Oliveira (2016) diz que “a escolha da pesquisa deve ser relevante para o pesquisador, é preciso gostar do tema” (p.46), ou seja, é preciso se sentir parte do processo.

Portanto, falar sobre a inclusão de pessoas com deficiência tornou-se uma necessidade social e uma paixão pessoal. Além disso, a temática foi suscitada pela necessidade de se buscar exemplos que possam inspirar pessoas, modificar realidades e estimular a equidade social.

A presente pesquisa partiu de uma visão de mundo pautada sobre a lente do marxismo presente neste trabalho quando se faz a opção por uma análise histórica da evolução dos direitos humanos e do tratamento dado à pessoa com deficiência,

pautada no materialismo histórico, pois se entende que a realidade existe independente da consciência (TRIVINOS, 1987) e na certeza de que o homem é um ser histórico e social que vai se transformando e transformando o mundo na dialética da vida.

Por isso, foi importante pontuar os momentos históricos, para que os leitores percebessem que nem sempre as coisas foram como são e que as conquistas dependem dos fluxos históricos e das intervenções sociais. Assim, desde a antiguidade clássica até os dias de hoje, um longo caminho fora percorrido, até que as pessoas com deficiência pudessem ter o direito à educação.

Para tanto, pode-se dizer que a visão de mundo do pesquisador, bem como suas opções políticas, influenciaram diretamente na pesquisa, na escolha da problemática, bem como nos paradigmas de investigação, ou seja, no olhar sobre o fenômeno a ser pesquisado.

Diante do que se acabou de dizer, essa pesquisa não teria como seguir outra abordagem²⁷ que não fosse uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo em vista que nesse tipo de pesquisa não há preocupação com a mera representatividade numérica, pois o que importa de fato é aprofundar-se na compreensão do grupo social estudado e de sua subjetividade.

Como destaca Deslauriers, (1991 *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009, p.32).

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Ser o cientista e ao mesmo tempo sujeito e objeto da pesquisa é algo marcante quando se analisa os dados, pois as reminiscências dos alunos foram completadas pelas mesmas lembranças do pesquisador que acompanhou a maioria dos passos dos pesquisados. Porém, o conhecimento do pesquisador como disse Deslauriers (1991), é limitado, sendo assim completado pelas narrativas e o ponto de

²⁷ Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa [...] não se está se referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí preferível falar-se em abordagem quantitativa e de abordagem qualitativa, pois com estas designações, cabe referir-se a conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente diversas referências epistemológicas (SEVERINO, 2016, p.125).

vista dos entrevistados sobre determinada temática que se materializou nesta pesquisa.

Quanto à natureza, a pesquisa foi caracterizada como sendo básica e não aplicada, tendo em vista que a finalidade foi gerar novos conhecimentos úteis à compreensão do processo ensino e aprendizagem de alunos com deficiência visual. Assim, ao adentrar nas reminiscências dos pesquisados, pôde-se perceber como foi sua passagem pelo IFPA e se este atingiu os seus objetivos, enquanto instituição de ensino voltada para a formação plena do cidadão.

Quanto aos objetivos da pesquisa, num primeiro momento, partiu-se de uma pesquisa exploratória, no sentido de conhecer o processo das questões macros até as específicas.

No segundo momento, recorreu-se às entrevistas abertas para coleta de dados que foram organizados através do método de História de Vida que, segundo Lapa (2017):

Ao entendermos a história de vida como método investigativo em nosso traçar, percebemos que esta suscita memórias, fatos, a individualidade e a multiplicidade de cada ser, objetivando relatar a história de um ou mais indivíduos, trazendo à tona experiências, vivências, lembranças, problemas, realizações, conquistas, renúncias, projetos de vida, enfim todos os componentes que constituem um ser, um sujeito, que é ator de sua própria história.

Portanto, na segunda fase da pesquisa, a preocupação foi em levantar dados por meio de entrevistas, com questões abertas, posto que esta técnica de coleta de dados é a que mais se coadunou com a metodologia escolhida. A escolha do método se deu por entender que este seria o mais adequado para entender como o pesquisado se viu, desde o início da deficiência, passando por sua vida escolar antes do ingresso no IFPA, seu ingresso e vida pós IFPA, já como egresso.

Para essa pesquisa foram selecionados os primeiros três alunos com deficiência visual que ingressaram e concluíram seus cursos no IFPA-Campus Tucuruí. Para a melhor compreensão do fenômeno a ser pesquisado, optou-se pelo Método de história de vida que permitiu obter informações na essência subjetiva da vida dos pesquisados.

A despeito de alguns não considerarem a história de vida como um método, Glat (2009) diz que a entrevista biográfica do método História de Vida vem ganhando espaço nos últimos anos, tendo em vista principalmente o rompimento com o pensamento positivista do cientificismo clássico. Desta forma, a escolha do método

possibilitou uma visão holística dos investigados, pois através das falas dos próprios sujeitos da pesquisa se evidenciou aquilo que eles consideram mais importante para se descortinar (GLAT, 2009).

Vale ressaltar ainda que nenhum pesquisador está imune de sofrer certas frustrações durante a pesquisa e este era um dos receios do pesquisador, pois não se sabia o que os sujeitos pesquisados iriam relatar ou mesmo se iam relatar algo. Assim, corria-se o risco de ao final não se ter dados suficientes para se analisar e concluir a pesquisa.

A priori, foram criadas algumas expectativas em relação a determinados temas/lembranças/categorias que não vieram a lume, contudo, isso faz parte desse tipo de pesquisa, que ao contrário de outros métodos, tem como objetivo central deixar a cargo do sujeito o florescer de suas lembranças.

A despeito do receio, o método cumpriu seu objetivo e permitiu desvendar as necessidades e expectativas dos sujeitos pesquisados a partir de suas reminiscências que poderiam não ser eficazes através de outros métodos. Assim, as lembranças advindas, por meio dos relatos dos egressos, possibilitou compreender melhor o período em que eles estiveram no IFPA e como este foi importante em suas vidas.

Desta forma, compreender, a partir da própria visão dos egressos, o impacto da formação profissional em suas vidas foi de suma importância para decidir sobre a elaboração do produto, um dos requisitos do mestrado profissional. A empolgação com que os egressos falavam sobre os projetos desenvolvidos no IFPA e o sentimento de pertencimento ao NAPNE foi decisivo para que se optasse por um relato de experiência sobre a atuação do NAPNE no campus Tucuruí.

Ainda em relação ao método escolhido, Demo (2011) diz que “a história de vida pode ser entendida como um misto de entrevista e observação” (p.131) e foi desta forma que se deu a pesquisa: a entrevista foi pontual, previamente marcada individualmente com cada egresso, os relatos foram coletados na casa dos pesquisados, por esse ser um local mais familiar.

Na entrevista, previamente marcada foi explicado sobre os objetivos da pesquisa, a escolha do método e depois foi pedido para que o entrevistado se sentisse livre para falar sobre suas lembranças desde a entrada no IFPA, passando por sua vida enquanto estudante e sua vida atual como egresso.

Glat (2009) afirma que a Metodologia de História de vida é bastante flexível tendo em vista que as categorias de análises não são pré-definidas. As categorias que surgiram ao longo da entrevista serão analisadas no próximo tópico, utilizando-se para isso, a técnica da Análise de Conteúdos, pois se procurou, por meio desta, conhecer as variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórias presentes nos conteúdos das falas dos entrevistados (BARDIN, 2016).

3.1 ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico serão analisadas as reminiscências dos entrevistados. Como forma de preservação das suas identidades, nomeamo-los com substantivos que foram marcantes em suas falas.

O primeiro entrevistado tem baixa visão, glaucoma congênito. Segundo ele, a sua visão é considerada estabilizada, mas com uso de medicamentos e com acompanhamento junto a oftalmologista pelo menos semestralmente para saber como está a pressão intraocular. Ele será chamado de “*Perseverança*”, pois conseguiu superar inúmeras barreiras, vencendo cada uma delas e hoje é docente do IFPA – Campus Tucuruí, segundo ele:

Eu (pausa grande), considero que minha trajetória, dentro do IFPA, eu tive algumas dificuldades, mas eu consegui vencer, depois de vários debates, várias lutas, eu consegui! Consegui aprender muito, tanto no curso técnico, quanto na graduação que eu pude prosseguir estudando, seguindo os estudos e crescendo também profissionalmente, [...] sendo atualmente servidor da instituição.

Nosso segundo entrevistado tem cegueira total, ele nasceu com catarata congênita e glaucoma, com três meses de vida perdeu totalmente a visão do olho direito e ficou cuidando do olho esquerdo até os 7 anos, sem possibilidade de correção com uso óculos. Relata que:

[...] com 7 anos eu perdi a visão, logo quando cheguei da escola, às 5 horas da tarde, eu cheguei da escola e lá eu cheguei em frente de casa, estava eu e meu pai, quando apagou à vista tudo, então não pude mais vê.

Porém, ele não se deixou abalar, e diz que a partir daquele dia, começou uma nova vida, “porque a gente tem que se adaptar a tudo, se adaptar as coisas, como nadar, como lidar com as situações [...] então a gente vai ter que se adequar a tudo isso”.

Esse segundo entrevistado será chamado de “*Fé*”, pois grande parte de suas falas é caracterizada por essa palavra, ao final da entrevista ele declarou que

“Eu tudo posso naquele que me fortalece”. Ao longo da entrevista, ficou claro sua fé e resiliência ao relatar que:

[...] passado algum tempo, 2013, [...] fiz a prova de estágio da [...] ²⁸ e passei novamente em outro processo seletivo, outra barreira foi derrubada, então estive quase para ingressar, mas por questões de segurança e despreparo [...] da empresa [...], eles me excluíram logo do processo avaliativo prático. E lá eu não desisti, pois coloquei a frase do meu coração: se até uma folha que cai do céu é da permissão de Deus, então tudo é da permissão dele, vou esperar mais um pouco. E no próximo semestre fiz um processo seletivo da Eletronorte. E lá eu passei novamente, quando ingressei e comecei a trabalhar juntamente com a equipe do departamento de saneamento da Eletronorte.

O terceiro entrevistado é o mais velho do grupo, tem cegueira total, diagnosticado com retinose pigmentar, relata que gradativamente foi perdendo a visão, pois a doença é degenerativa. Esse entrevistado será chamado de “*Superação*”, pois esta palavra foi marcante em sua trajetória de vida, deixou de estudar ainda jovem, passou mais de 10 anos fora da escola, retornando os estudos na EJA, como lembra:

[...] Eu decidi também voltar a estudar e aos meus 30 anos, eu tinha parado com 17 a 18 anos. Então, eu retornei fazendo a terceira etapa, [...], depois fiz a quarta etapa, e na quarta etapa [...] eu tinha 33 anos. Então como eu falei, eu fiz a prova seletiva do IFPA, passei né? E enfrentei, a gente quando, no meu caso, que eu fiquei vários anos sem estudar, aí quando eu retornei fiz o EJA né? que são conteúdos resumidos né? Então eu enfrentei uma dificuldade muito grande no IFPA [...] por não ter estudado série por série, [...] de ter feito o primeiro ano até ao nono ano, mas com o apoio da escola, da estrutura do IFPA, eu consegui superar.

O que une os três alunos entrevistados é o fato de terem deficiência visual e terem passado no processo seletivo do IFPA sem o sistema de cotas. Porém, as jornadas de cada um são muito diferentes, como diferentes são suas dificuldades e personalidades, todos tiveram acesso e permanência na escola²⁹, além de tudo, como se verá, todos tiveram uma história de êxito como egresso.

Adentrando um pouco mais nas reminiscências, discutiremos seis categorias que emergiram ao fazer a análise das entrevistas que foram: as dificuldades na trajetória estudantil, a importância de professores sensíveis; o acesso ao IFPA; a importância do desenvolvimento de projetos na formação dos alunos; a vida profissional e a importância do NAPNE.

²⁸ Empresa que fica no Município de Breu Branco e trabalha com silício Metálico, suprimimos o nome da empresa por questões éticas.

²⁹ Cumprindo o disposto no 205, I da CF/88

3.2 Categorias de análise

As primeiras cinco categorias analisadas foram organizadas numa sequência cronológica. Destaca-se que essa sequência foi escolhida pelo pesquisador para que o leitor pudesse acompanhar o desenvolvimento do pesquisado desde o início da deficiência, suas dificuldades antes de ingressar no IFPA, os professores que marcaram sua trajetória, seu acesso e dificuldades no IFPA e por fim, sua vida de egresso. A última categoria: importância do NAPNE está imbricada à escolha do produto da pesquisa.

3.2.1 Dificuldades na trajetória estudantil

Essa categoria se refere às dificuldades na trajetória estudantil. O entrevistado *Perseverança* diz que sempre estudou em escola pública e que “não tinha tanta dificuldade para certas atividades”, porém, no ensino fundamental, para ler do quadro, como não enxergava de longe, tinha que levantar e ir próximo ao quadro para poder ler e escrever.

O fato de o aluno ter que levantar de sua cadeira para ir até ao quadro passa, muitas vezes, despercebido numa escola, com salas lotadas e que não tem o devido apoio para alunos com deficiência visual. Certa vez, conversando com um colega professor, falando justamente sobre o aluno *Perseverança*, esse professor, em outra escola, disse que *Perseverança* foi seu aluno e certa vez perguntou na sala de aula: Por que esse aluno se levanta pra ir na frente do quadro? E alguns alunos responderam: ele é “doido”. Esse professor relatou-me envergonhado que não teve a sensibilidade de perceber que o aluno tinha uma necessidade específica e que era um aluno com baixa visão.

Esse fato, relatado pelo professor, é mais comum do que se imagina, quando não se tem uma formação de professores voltada para o olhar atento ao outro, numa perspectiva mais inclusiva que levem os professores a atuarem ou conviverem com sujeitos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) e, o mais importante, saberem como trabalhar com este público (BRASIL, 2005). Embora tenha havido um avanço na legislação, pois cada vez mais os professores conhecem estratégias para saber lidar com essa situação, a prática ainda é um desafio.

Ao obstáculo de ter que se adaptar numa sala de aula e ao ter que escrever olhando para o quadro, *Perseverança* que tem baixa visão, de sua maneira, tentou

contornar a limitação, indo até à frente do quadro para tentar enxergar o que estava escrito.

O entrevistado *Fé*, que perdeu a visão aos sete anos, somente aos nove, começou a estudar o ensino fundamental, “numa escola normal onde tinha alunos normais e o único cego de lá era eu”.

Fé relata que entendeu, desde cedo, que para poder enfrentar as dificuldades era preciso mudar de atitude ele diz que:

[...] Antes, porque, eu era muito tímido na sala de aula, então, eu sentia muita dificuldade com isso, porque, eu quase não conversava muito com meus colegas, era só alguns né? Mas, ao longo do tempo, eu fui aprendendo que isso era ruim, fui logo me integrando. Na quarta série já tive uma grande mudança com isso, quando eu já conversava com a turma toda, também eu sempre fui um aluno que eu procurei estudar e procurar minha melhora.

De fato, *Fé* é o entrevistado mais extrovertido, sendo esta uma de suas maiores características enquanto aluno do Campus-Tucuruí, nos corredores, os professores e técnicos sempre comentavam, lá vai *Fé*, rodeado de pessoas. Esse fato fez com que ele fosse alvo de muitos elogios pelos docentes. Assim, essa foi a estratégia que ele utilizou para tentar contornar sua limitação, ter apoio dos colegas em sala.

Superação relata que começou a estudar aos seis anos, na época o pré-escolar e já na alfabetização sentia muita dificuldade na “questão de escrever, tirar do quadro”. Foi a partir daí que começou a busca por tratamento. E ao realizar vários exames, foi constatado o seu problema visual, no diagnóstico deu retinose pigmentar.

Ele diz que conseguiu estudar até aos 14 anos:

[...] então na quinta série não deu pra escrever do quadro, a visão foi reduzindo e na época aqui em Tucuruí eu não conhecia, eu não sabia de recurso, recurso para pessoas com deficiência visual, ou seja, no caso, letra ampliada ou braile, e eu me desanimei e deixei de estudar, fiquei uma temporada sem estudar.

Da fala dele é preciso tirar ao menos duas linhas de pensamento, a primeira se refere a importância da educação inclusiva e do apoio aos alunos para que possam superar as limitações da deficiência. Esse apoio do município, que faltou no início da juventude de *Superação*, foi essencial na vida dos outros alunos, como veremos mais adiante.

A outra linha de pensamento, se refere ao fato de que nunca é tarde para começar a estudar, pois *Superação*, ao ter contato com outra pessoa com deficiência,

sentiu-se motivado a voltar ao estudo, mesmo já na fase adulta e, desta vez, a realidade da educação inclusiva no município já era outra, teve o apoio necessário e o incentivo que o fez ingressar no IFPA.

Nesta primeira categoria analisada, que se refere às dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da escola, desde o início da deficiência e a relação com a educação, percebe-se que os dois primeiros entrevistados tiveram dificuldades, o primeiro por si só tentava se adaptar ao ambiente educacional, enquanto o segundo, destacou a sua mudança de postura, optando pelo entrosamento com os colegas. Já o terceiro, destaca a falta de conhecimento necessário para que ele pudesse ter continuado seus estudos e não ter ficado mais de 10 anos fora da escola.

3.2.2 Importância de professores sensíveis

Essa categoria se refere aos professores que assumem uma postura sensível e fazem toda a diferença na vida dos alunos. Nesse sentido, *Perseverança* relata que foi no ensino médio que um professor começou a trabalhar, com ele, fonte ampliada para facilitar sua leitura, inclusive escrevendo com uma letra maior no quadro:

[...] foi a partir daí que eu comecei a estudar mesmo com materiais adaptados, que antes eu estudava com materiais normais mesmo, tinha bastante dificuldade, mas naquela época, eu não tinha conhecimento ainda desse tipo de metodologia de ensino pra deficiente visual.

É oportuno registrar que quando o aluno não conhece seus direitos, fica refém da boa vontade do Estado em ofertar uma educação inclusiva. Naquela época, apesar de toda a legislação protetiva, era normal não se ligar muito para alunos com deficiência, parecia que a educação era mais um favor, já que se estava garantindo o acesso, restava ao aluno, pelo seu esforço, integrar-se.

Com o passar do tempo, a partir das lutas dos movimentos sociais organizados e do avanço da educação, surge uma consciência de grupo e seu empoderamento. Por exemplo, o aluno *Fé* que durante sua permanência no IFPA teve acesso a um conjunto de tecnologias assistivas, ao ingressar na Universidade Federal do Pará (UFPA), no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, não teve o mesmo apoio da Universidade e relata que, depois de muito cobrar, teve que ir ao Ministério Público exigir o apoio necessário aos seus estudos e que era assegurado por lei.

Por outro lado, *Perseverança*, por não ter na época o conhecimento de seus direitos, contentava-se em apenas estudar, sem cobrar o apoio. Porém, depois, ele começou a conhecer seus direitos e começou a participar da Associação de Deficientes Visuais do Sul e Sudeste do Pará (ADVASP) instituição que dava suporte e incentivo para que os alunos estudassem, sendo, pois, parceiro do NAPNE em muitos projetos.

Em relação aos alunos *Fé* e *Superação*, uma professora em especial foi muito importante no estímulo ao ingresso no IFPA. *Fé* relata que a princípio tinha escolhido o curso de Eletrotécnica e a professora Ana Vlândia lhe perguntou:

Mas como você vai fazer um curso de eletrotécnica, sendo que mexe com energia, não tem como, você é cego, não tem como trabalhar com essa profissão? E ela fez a seguinte pergunta: de que você mais gosta? Eu respondi: Eu gosto de biologia, área da saúde é algo interessante para mim, então eu comecei a imaginar e desisti da primeira inscrição, e perguntei logo: então qual os quais são os cursos técnicos ofertados?

Por mais que pareça um fala preconceituosa da professora ao indagar o aluno sobre a possibilidade de um cego trabalhar com energia, essa intervenção foi essencial para definir o futuro do aluno, pois hoje esse aluno, como veremos mais adiante, é concursado na Prefeitura de Tucuruí, como Técnico em Saneamento e cursando Engenharia Ambiental, alcançando assim aquilo que se espera da formação profissional, a colocação no mundo do trabalho e a verticalização com o prosseguimento nos estudos.

O aluno *Superação* relata que antes de ingressar no IFPA, estava concluindo o Ensino fundamental, quando uma funcionária da escola, em uma conversa, convenceu-lhe a fazer a prova do IFPA, a prova seletiva. Quando o entrevistado falava sobre isso, a expressão “ela me convenceu a fazer a prova”, foi utilizada com uma entonação maior, o que pode significar um receio em fazer a prova por não se sentir preparado e, ao mesmo tempo, agora a certeza de que esse foi o melhor caminho, pois o ingresso no IFPA mudaria a história de *Superação*, como veremos mais adiante.

Nessa categoria analisada, destaca-se a importância de professores na vida acadêmica dos entrevistados: o primeiro lembra que a primeira vez que teve contato com a acessibilidade e como foi muito importante para ele, pois essa aparente pequena intervenção facilitaria sua vida enquanto estudante. Os outros dois

entrevistados destacaram a importância dos professores que os incentivaram a ingressar no IFPA.

3.2.3 Acesso, permanência e êxito no IFPA

Outra categoria destacada, refere-se ao acesso ao IFPA. Assim, nesse tópico foram analisadas as reminiscências de ingresso dos entrevistados na instituição, suas dificuldades, desenvolvimento e realizações.

O entrevistado *Perseverança* disse que sempre gostou das disciplinas de exatas, como matemática e por isso tentou ingressar primeiramente no curso de Engenharia civil da UFPA, porém não conseguiu. Para não ficar sem estudar, fez o processo seletivo para ingressar no curso Técnico de Suporte em Informática no IFPA, modalidade subsequente, relatou que:

No ano de 2011, eu ingressei no curso técnico em suporte e manutenção em informática, o subsequente, é que eu já tinha feito o ensino médio [...] em outra escola. [...] Foi a partir daí que eu ingressei no Instituto Federal, [...] Naquela época, eu tinha tentado, naquele ano, entrar em algumas faculdades e não consegui [...] E fiz minha prova para entrar no IFPA e consegui ingressar.

O entrevistado *Fé* rememora os antecedentes de seu ingresso no IFPA comentando que a Prefeitura de Tucuruí selecionava alunos para fazer um cursinho Pré-IPFA, entre os melhores alunos da Escola, pelo método avaliativo de notas. Diz que para os alunos com notas mais altas era ofertado uma bolsa para o cursinho preparatório.

Então, um dia, eu fui convocado a comparecer na direção da escola e me disseram que eu tinha ganhado uma dessas bolsas para ingressar nesse cursinho no Sophos³⁰, em 2010, no segundo semestre de 2010. Então, quando eu comecei a estudar lá no Sophos não tinha a estrutura devida que eu pudesse aproveitar.

Esse relato tem duas conotações, a primeira se refere à felicidade de ser selecionado, por seu mérito de notas, para o cursinho preparatório, porém, a fala final mostra sua decepção, pois não pôde aproveitar o curso como queria, por conta da falta de estrutura para se ter um aluno cego. Porém, tal fato não o impediu de ingressar no IFPA, só para lembrar, sem o sistema de cotas.

³⁰ O cursinho era uma política pública, um convênio entre a Prefeitura Municipal de Tucuruí e dois cursinhos da cidade para bolsas de estudos com o objetivo de preparar os alunos do ensino fundamental para ingressar no IFPA

Fé lembra que fez sua primeira opção se inscrevendo para o curso de Eletrotécnica, quando teve então a intervenção da Professora que questionou *sua* opção, em seguida, *Fé* disse que a professora foi lendo a relação de cursos:

Tinha edificações, informática, saneamento e eletrotécnica e logo eu fui eliminando as áreas, quando ela leu as atribuições dos cursos. E o que mais me identifiquei foi saneamento. Então paguei novamente a inscrição e fiz a prova do processo seletivo.

O entrevistado *Superação* destaca que foi incentivado a fazer a prova do IFPA por professores da sala de recursos da Prefeitura Municipal. A princípio ele ficou meio receoso, pois não se sentia preparado e os cursos pareciam meio inacessíveis, pois não se sentia confortável a fazer eletrotécnica porque mexia com eletricidade e acabou escolhendo o curso de Manutenção e suporte de informática. Lembra que chegou a fazer um preparatório que teve na escola que durou apenas um mês, porém, como estava com a inscrição feita, resolveu fazer aprova e disse: “ Deus vai me ajudar passar”.

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos alunos durante a vida acadêmica no IFPA. O entrevistado *Perseverança* disse que, ao ingressar no Instituto, teve o cuidado de explicar para cada professor sobre as suas dificuldades visuais, sobre a produção de material adaptado, de materiais ampliados, relata que alguns professores traziam, outros, às vezes, esqueciam, mas que depois de um tempo, foi melhorando o cuidado dos professores em relação a ele.

Observa-se nesta ação o amadurecimento do entrevistado que, antes estudava sem material adaptado e agora, ele mesmo mostra para os professores suas limitações. Esse é um avanço também do ponto de vista psicológico, quando a pessoa se reconhece como um sujeito que tem suas limitações e consegue conviver com elas a ponto de esclarecer aos professores de como minimizar as dificuldades.

Perseverança relembra ainda que, enquanto estudava o curso técnico, conseguiu ingressar no curso de Tecnologia em Redes que já era uma graduação, um curso superior:

Passei mais ou menos, acho que uns seis meses, cursando os dois cursos e, já no curso superior, eu não tive tanta, muita dificuldade, por que a maioria dos professores que me deram aula no curso técnico já tinha conhecimento, só mais aqueles professores que não me deram aula durante o curso técnico.

A fala do entrevistado, ao afirmar que quando já cursava o ensino superior na mesma instituição, não sentia tanta dificuldade, pelo fato dos professores já

conhecerem suas necessidades, retrata a importância de se quebrar as barreiras, a segregação e fomentar a inclusão. Com o passar do tempo, com a presença de alunos com deficiência estudando e circulando pela escola, aquele fato deixou de ser exótico e passou a ser natural, pois limitações todos têm e com a acessibilidade necessária essas limitações vão sendo superadas.

Na entrevista, *Fé* não se lembrou de suas dificuldades. Apesar de estas terem existido, ele basicamente optou por lembrar da cumplicidade com os professores. Ele disse que estes se sentiam humanos com a causa, pois a Instituição, no início, não tinha a estrutura devida para receber um aluno com deficiência e nem os professores estavam preparados, “mas ao longo do tempo com a troca de conhecimento entre eu, os professores, os alunos e os técnicos administrativos, a gente foi organizando a casa”.

De fato, nas conversas com professores eles sempre relatavam que não tinham tantas dificuldades com o aluno *Fé*, pois este dizia o que precisava, muitas vezes, ensinando até como produzir material. Assim, é essencial que o professor saiba que não é dono do saber e que diante de um desafio como esse, é preciso humildade para perguntar e estar aberto para encarar o novo.

Outra fala importante do entrevistado *Fé* que merece ser destacado é: “a gente foi organizando a casa”. O fato dele se sentir acolhido dentro do IFPA se deu em grande parte pela intervenção do NAPNE que a todo o momento estava junto com ele tentando contornar as dificuldades da ausência inicial de estrutura, já que ele foi o primeiro aluno cego total a ingressar na instituição que não tinha na época nenhum preparo.

O entrevistado *Superação* relatou que, nos primeiros anos, teve muita dificuldade pelo fato de ter passado um longo tempo sem estudar:

e quando eu voltei fiz o EJA, e enfrentar o IFPA, que foi o integrado médio e técnico, para mim, o curso era muito pesado, muito pesado, e no primeiro ano a gente não tinha o apoio, o apoio que o deficiente visual, na questão do braille e a Tecnologia do sistema computacional.

O aluno “*Superação*” ingressou no IFPA, um ano depois do aluno “*Fé*”, encontrando o Campus, ainda sem a devida estrutura para recebê-lo, apesar dos esforços. O entrevistado *Superação* ainda *falou* das suas dificuldades com relação aos alunos e professores, pois não estava acostumado a fazer trabalho em equipe, seminários e que, muitas vezes, ficava muito distante do cronograma de aula:

é porque, como era corrido, eram várias disciplinas e eu só me atentava mais para as disciplinas de matemática, português, que eram aquelas disciplinas que requeriam mais de mim. Assim, as outras, acabavam ficando para trás e isso causou um transtorno né? O que fez com que eu ficasse um pouco distante dos colegas e tal, mas depois eu caí em si.

Além da cegueira, pesava contra ele um agravante, ele era um adulto com o dobro da idade dos colegas de turma que eram todos adolescentes. Assim, as dificuldades naturais dos anos sem estudar, de ter cursado EJA, num estudo acelerado, somavam-se ao ritmo frenético dos adolescentes, colegas de sala. Esses fatos dificultavam a concentração do aluno, seu entrosamento com a turma e desenvolvimento de relação de amizade tão importantes no cotidiano escolar.

Tais ocorrências influenciaram no processo ensino aprendizagem do aluno com deficiência, que além da questão de adaptação curricular, era preciso que os conteúdos fossem também acessíveis para alunos com deficiência, pois não é possível impô-los o mesmo ritmo a todos, aliás, é preciso respeitar as limitações de cada aluno, independentemente de ser deficiente ou não.

3.2.4 A importância do desenvolvimento de projetos na formação dos alunos.

Salve e Freire (2017), ao relatarem suas experiências de práticas inovadoras, destacaram a importância dos projetos integradores para a formação dos alunos e é exatamente sobre a importância dos projetos que trataremos nesta quarta categoria, que foi marcante nas memórias dos entrevistados. Os projetos desenvolvidos, alguns foram coordenados pelo NAPNE e outros por professores que vislumbravam a inclusão como um campo fértil a ser explorado.

A integração dos alunos nos projetos foi essencial para que eles se sentissem incluídos e desenvolvessem ao máximo suas potencialidades. O Egresso *Perseverança* disse que durante a graduação:

Eu desenvolvi alguns projetos, inclusive de pesquisa, [...] para deficiente visual, inclusive em parceria com a ADVASP, que é a Associação de deficiente visual. A partir desse projeto, eu consegui aprender muito, muito mais né? Algumas tecnologias que podem ser utilizadas para ensino de deficientes visuais. A partir desse projeto que surgiu outra ferramenta, que foi um professor de química da Instituição que me procurou e consegui desenvolver uma aplicação para o ensino de química, inclusive isso foi o meu trabalho de conclusão de curso da graduação.

O aluno se refere ao Quimivox³¹ que foi desenvolvido no IFPA-Campus Tucuruí e que hoje é uma das ferramentas ligadas ao DOSVOX, que é um sintetizador de voz que permite a pessoas cegas acesso ao computador e ao desempenho de várias tarefas.

Perseverança enfatizou ainda que esses projetos foram importantes na sua vida acadêmica, pois conseguiu concluir tanto o técnico quanto o superior e enquanto ainda cursava a graduação e “a partir de todos esses trabalhos e vários outros trabalhos que eu desenvolvi durante a graduação é que eu consegui também ingressar, fazer uma especialização na UFPA”.

Na especialização na UFPA, ele continuou a desenvolver um projeto na área dos sistemas computacionais e lá foi a continuação da aplicação que tinha desenvolvido no IFPA Campus Tucuruí, mas agora para dispositivo móvel.

No transcorrer da entrevista, percebeu-se como os projetos desenvolvidos ao longo do curso, foram importantes na vida desses egressos e, tudo isso, também graças a um professor que visualizou a potencialidade do aluno e o estimulou a fazer um aplicativo de Química, voltado para deficientes visuais. *Fé*, em suas lembranças, disse que participou de vários projetos:

Em 2012, ingressei no projeto da PROERD, com professor Ronaldo. A gente começou nosso primeiro trabalho de inclusão, foi o projeto DosVox e JogaVox e participamos desse projeto, construindo ideias de acessibilidade, com programas computacionais.

O desenvolvimento desses projetos foi muito importante para abrir os horizontes desses alunos, pois como lembra *Fé*:

[...] as ideias foram fluindo e chegamos até o Quimivox um programa criado por nós alunos: eu (*Fé*), “*Perseverança*”, que fazia o técnico em informática e o professor João Elias Vidueira, professor em Química.

Fé falou com muita empolgação sobre todas as realizações e congressos que participaram para divulgação dos projetos, citou o primeiro encontro de Dosvox norte nordeste, na cidade de Belém do Pará. Disse ainda que, no segundo projeto, com programa do PIBICE, foram apresentar o primeiro modelo do projeto Quimivox, em Bragança. Lembrou ainda que:

³¹ O Quimivox é uma ferramenta para o auxílio de deficientes visuais no ensino de química, no entanto temos como foco principal o ensino da tabela periódica, propondo a possibilidade de ensino da tabela periódica a partir da ferramenta e já temos outras ferramentas para o ensino de química. (<http://tucuruui.ifpa.edu.br/quimivox-aplicativo>)

O projeto QUIMIVOX, nesse período ia evoluindo, conseguimos mais um colega Taylon Galvão, que foi um dos nossos programadores junto com o “Perseverança” e já tínhamos um programa feito para o QUIMIVOX, feito pelo “Perseverança” para o computador. Levamos esse lançamento para Manaus, o encontro nacional de DOSVOX e lá fizemos o primeiro lançamento do programa, fomos também para o Maranhão, São Luís, onde nós tivemos uma grande aprovação e o IFPA ficou conhecido por todo o Brasil, logo também se integrou na equipe o “Superação” e fui logo ensinando para ele a realidade dos computadores e assim fomos aprendendo, trocando conhecimento uns com os outros.

Fé, apesar de ser do curso de Saneamento, teve participação ativa nos projetos voltados na área de informática, pois estavam integrados nos projetos desenvolvidos pelo aluno *Perseverança*. *Fé* ainda lembrou que em 2015 teve um projeto aprovado no Congresso Internacional de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio de Janeiro, 27º congresso da ABES e lá disse que estava representado mais uma vez o IFPA,

[...] segurando a bandeira da inclusão, acessibilidade e de que tudo nós podemos fazer, basta nossa coragem, e hoje estamos cursando ainda, neste período já no oitavo a engenharia sanitária e trazendo memórias e aprendizados do IFPA.

Assim, é nítido na fala de *Fé* que o IFPA lhe ensinou muito mais do que conteúdos, abriu-lhes horizontes, como bem dizia um dos professores que acompanhava o NAPNE e desenvolvia projetos com os alunos. Foram esses projetos que fizeram com que esses alunos pudessem sair do interior da Amazônia e pudessem viajar e falar para uma plateia, conhecendo assim outros ambientes que talvez, de outra forma, nunca tivessem a oportunidade, pois todos são de famílias pobres.

É por esse motivo que se precisa repensar a prática pedagógica, tirando o professor do pedestal e colocando-o em pé de igualdade com os alunos, assim o professor será um mediador, aquele que estimula e não o dono do conhecimento, o que vai possibilitar romper com o conservadorismo das práticas pedagógicas repetitivas e acríticas (KELLER-FRANCO; MASSETTO, 2012 apud MACHADO, *et al*).

3.2.5 A experiência profissional

Tão importante quanto saber como foi a vida acadêmica dos alunos é saber como eles utilizam, no mundo do trabalho, os conhecimentos apreendidos no IFPA-Campus Tucuruí. Assim, neste último tópico, foram analisadas as falas dos

participantes da pesquisa, procurando conhecer um pouco sobre a atual situação, retratadas por eles, bem como suas expectativas.

Perseverança, como já foi falado, é hoje professor do IFPA - Campus Tucuruí, ocupa a coordenação de informática, ele diz que coordena um quadro de professores e inclusive “de alguns colegas que foram os meus professores (pausa grande)”. Ao relatar isso ele fez uma pausa grande, como se passasse um filme em sua cabeça, toda sua trajetória, desde o ingresso no curso técnico, passando pelo superior, as dificuldades enfrentadas durante a vida acadêmica, que foram muitas, e agora a satisfação de estar ao lado de antigos professores, agora colegas de profissão e mais ainda, hoje coordena essas pessoas que até a três anos atrás eram seus professores.

Além de servidor, *Perseverança* concluiu recentemente o Mestrado no programa de computação aplicada na UFPA Campus Tucuruí, fazendo uma segunda versão da aplicação do *Quimivox Novai*, com algumas melhorias, comparada a primeira versão, com algumas funções mais acessíveis para deficientes visuais. Portanto, uma ideia que surgiu ainda durante o curso técnico e que foi amplamente estimulada e apoiada pela instituição, rendeu enormes frutos para o aluno que soube aproveitar.

O *Fé* lembra que 2014:

Foi o ano dos processos seletivos, fiz também o concurso público municipal, da prefeitura de Tucuruí, inscrito no cargo técnico em saneamento, pois acreditava na conclusão de um curso muito lindo que ia mudar a minha história.

Enquanto ele ainda estava cursando o curso técnico, veio a aprovação no concurso público da Prefeitura Municipal de Tucuruí, lembrou que as várias greves enfrentadas, levaram ao atraso do término do curso. Relatou ainda que a formatura foi em março “aquele momento foi espetacular e muitos professores ficaram muito gratos por tudo”, referindo-se à felicidade e a emoção na formatura dele.

Em abril de 2015, ele deu entrada no diploma e quando foi dia 18 de junho do mesmo ano:

[...] eu entreguei todos os meus documentos na prefeitura de Tucuruí. E hoje nós estamos lá na prefeitura trabalhando como técnico em Saneamento. Foi uma experiência muito boa porque, logo entrei em um departamento que a professora que me ensinava no IF, hoje é minha chefe de departamento a professora de Devanilda Ranieri, é diretora da Vigilância Sanitária de Tucuruí, e lá nós estamos juntos trabalhando.

Fé relatou que como técnico em saneamento aprendeu muito no IFPA-Campus Tucuruí e hoje se sente preparado a enfrentar o mercado de trabalho, mesmo que este não dê as oportunidades necessárias às pessoas como deficiência. *Fé* disse ainda que

O mercado de trabalho [...] tem que se sensibilizar com essa situação, da inclusão social das pessoas com deficiência, mas quando eu sai de lá (IFPA), eu saí primeiro, com essa consciência que o mercado de trabalho ele teria uma resistência pela deficiência existir na minha vida.

Fé sempre soube das barreiras que iria enfrentar, até por que, segundo ele, os professores, por serem profissionais da área do saneamento, como engenheiros, tecnólogo em saneamento na área da saúde, eles sempre comentavam como seria o mercado fora vida acadêmica. Eles diziam:

Olha: vocês não podem fazer certas coisas, e eu, hoje me sinto preparado, tanto é que a vigilância sanitária é um desafio, por ser um órgão fiscalizador e tem atividades diversificadas. Quando eu entrei logo para exercer a profissão, como técnico em saneamento na vigilância sanitária, me colocaram para fazer uma determinada atividade, que foi pra ser palestrante, em educação e saúde, dentro da Vigilância Sanitária, que é uma vertente desse serviço, a educação em saúde.

Fé relatou algumas de suas atividades como profissional, como palestras na Feira do Agricultor de Tucuruí onde falou sobre a manipulação dos alimentos, armazenamento e transporte. Falou também das palestras que deu para as amassadeiras de Açaí, chegou a desenvolver treinamentos dentro da Vigilância Sanitária de capacitação, como captura de morcegos.

Disse ainda que desenvolveu atividades práticas, na área da Saúde, na questão do combate contra dengue, contra leishmaniose e contra outras doenças. *Fé* relatou que no dia a dia desenvolve várias atividades, por exemplo:

No dia a dia, chega diversas situações, por exemplo: como fazer um auto de infração? Eu estou lá para auxiliar os meus colegas de trabalho a fazer um documento, dar auxílio das leis, das legislações que estão atualizadas. Então, eu tenho uma equipe de trabalho, por exemplo, a minha equipe, pela parte da manhã é duas técnicas de saneamento também e quatro fiscais em vigilância sanitária e eu estou preparado, qualquer atividade que chegar em minhas mãos, que claro tiver ao meu alcance eu estarei realizando.

Fé, com muita empolgação, falou sobre suas atividades como profissional da área ambiental, fato que mostra que tanto a escolha do curso quanto sua formação foram eficazes, pois conseguiu e consegue desenvolver suas atividades sem se preocupar com sua limitação sensorial, mesmo nas atividades que exigem a visão é possível ser desempenhada, como relata em uma determinada ocasião:

Eu participei de uma reclamação de lançamento de esgoto, e é algo muito diversificado, é algo muito difícil, uma pessoa que não vê, mas com a descrição dos colegas eu consegui dar as devidas orientações para pessoa que foi reclamada.

Fé sente-se preparado a exercer sua profissão como técnico em saneamento, em todas as vertentes, não só em vigilância sanitária, mas também em outros departamentos de saúde. Ele disse que gosta muito da área da saúde e espera finalizar a graduação em Engenharia Sanitária e ambiental em 2020 e que já tem outros planos para realizar dentro dessa profissão, que é na parte do planejamento e gerenciamento de serviços de saúde como o saneamento básico,

Percebeu-se, ao longo dos relatos de experiência, que os sonhos não têm limites, por mais que limitado seja por alguma deficiência, no caso sensorial, ele tem sonhos e planos, pois tem a vontade de conquistar, e a fé é o que lhe sustenta.

O *Superação* disse que apesar de não estar exercendo na prática a profissão para o qual foi formado no IFPA, ele se sente preparado para exercê-la, até por que:

Hoje, eu sou funcionário público e eu de fato, não exerço a função como técnico em manutenção suporte informática, mas a minha função hoje, exige a parte da informática, Até porque eu como auxiliar administrativo, eu trabalho no sistema, cadastrando pacientes e quando precisa de alguma orientação na parte da manutenção eu estou para ajudar a contribuir.

Além do mais, *Superação*, neste ano de 2019, iniciou o curso Superior no IFPA, curso de Redes de computadores e, segundo ele, as experiências do curso técnico irão ajudá-lo a fazer o curso superior e na sua formação também, ele diz: “eu gosto muito dessa área e futuramente eu posso também exercer a função de professor, porque Redes de computadores é um curso que concluído e após um ano fazendo especialização já pode dar aula”.

Superação também faz planos de, assim como Perseverança, ser professor. É interessante perceber que todos os alunos egressos verticalizaram seus cursos. O curso não foi apenas uma oportunidade de estudar em uma instituição de ensino de qualidade como é reconhecido o IFPA, todos aproveitaram as oportunidades e seguiram, no trabalho ou nos estudos a mesma linha do curso técnico.

Outra coisa que chama a atenção é a expressão “estou preparado”. Tanto *Fé* quanto *Superação* utilizaram essa expressão, talvez para dar a tônica que de, apesar das limitações, eles estão aptos a exercerem suas atividades profissionais.

3.2.6 A importância do NAPNE

A última categoria suscitada nas lembranças dos egressos que trata da importância do NAPNE em suas trajetórias durante as fases em que estiveram no IFPA. Trataremos brevemente desta categoria, pois o produto desta pesquisa será o relato das experiências do NAPNE Campus Tucuruí que foi importante para a permanência e êxito dos alunos.

Como já fora visto, o entrevistado *Perseverança* disse que teve algumas dificuldades ao ingressar na instituição. Em um caso específico, ele lembrou que foi necessária a intervenção do NAPNE, uma vez que precisou convocar reuniões com os professores e com a direção geral. Ele lembrou que depois dessas cobranças teve um problema pontual com um professor e chegou até mesmo a receber alguns tipos de intimidações por parte do mesmo, mas que não ligou muito e que o problema fora contornado depois.

O entrevistado *Fé* sente-se parte integrante da transformação do IFPA-Campus Tucuruí, em relação a sua situação, ele em suas falas relata que:

Aí foi se passando o tempo, o IFPA começou a também evoluir junto comigo, vieram alguns equipamentos, por exemplo uma impressora russa braile e chamamos a nossa amiga, Edna Trindade que foi logo ajustando o equipamento. Passou algum tempo e o IFPA conseguiu mais outras máquinas e conseguimos formar o NAPNE, que é o núcleo de acessibilidade do IFPA e chegamos até a formar uma sala, e essa sala foi de atendimento.

A resiliência e o sentimento de acolhimento que o entrevistado sentiu se deu por conta exatamente existência do NAPNE e da estrutura que se buscou formar para dar apoio aos alunos com deficiência visual. De fato, desde quando o aluno *Fé* ingressou, por exemplo, o NAPNE solicitou uma tradutora de Braile, porém, esta profissional só veio compor os quadros da instituição de forma efetiva em 2015, ou seja, quando o aluno já estava se formando.

Porém, apesar da falta de estrutura humana específica, o NAPNE foi buscando formas alternativas de ajudar os alunos, como lembra o entrevistado *Superação* que também demonstrou seu sentimento de pertença em suas falas:

Ao longo desse tempo, conseguimos também monitores, que abraçaram a causa, e receberam bolsas da instituição. Esses monitores, eles faziam o acompanhamento dentro da sala de aula e estudavam juntos com a gente. Eles faziam os materiais em alto relevo e adaptavam alguns.

Superação também lembrou as intervenções do NAPNE, no sentido de ajudá-lo nesse desafio de ser incluído no ambiente escolar, pois como já fora dito, ele

tinha o dobro da idade dos alunos da turma e não se sentia incluído junto aos colegas de turma. A turma também precisava se adaptar ao fato de se ter um aluno com deficiência visual, por exemplo, *Superação* precisava se locomover na sala, então precisa criar um mapa mental desta. Assim, a sala precisava estar sempre numa ordem para facilitar sua locomoção, ele lembra:

Como você sabe que aconteceu aquela reunião, até que provocada por você né? Aquela reunião com professores e aí eu me aproximei mais dos colegas, dos professores também, certo que a maioria dos professores, eles eram preocupado com a minha causa, eles me ajudavam e depois do surgimento do NAPNE, [...] a gente acabou se integrando no departamento e lá a gente teve um apoio, apoio com relação material em Braille e material também digital mídia, e aí fez com que a gente tivesse esse suporte para a gente conseguir vencer.

Percebe-se então a importância e essencialidade desse Núcleo de apoio, pois era o ambiente em que os alunos com deficiência podiam ir e se sentir acolhidos, ou seja, foi o suporte necessário que garantiu a permanência e o êxito, como se pode perceber na fala do egresso *Superação*:

Foram períodos assim de muitas batalhas, chegou até um momento assim, que eu pensar em desistir, mas amigos, a coordenação do NAPNE e professores, a gente conversou e eu consegui superar, superar e graças a Deus a gente conseguiu chegar no final do curso e para finalizar né, eu sou muito grato por que foi um período que eu passei, que eu pude adquirir bastante conhecimento e experiências, experiências como se relacionar com colegas de sala de aula e professores.

Esta fala do entrevistado mostra que o IFPA, pelo menos em relação a eles, conseguiu atingir os objetivos propostos pela educação profissional, ou seja, formar cidadãos qualificados para o mundo do trabalho, corroborando com uma educação integral.

No capítulo voltado especificamente a falar sobre o produto do curso: Relato de experiência – a organização do NAPNE e seu Papel inclusivo, aprofundaremos a atuação deste núcleo, com documentos visuais (fotos), memorandos, panfletos de sensibilização e vários outros documentos que podem servir de base para outras instituições organizarem seus Núcleos de Apoio a pessoas com necessidades específicas.

4 O PRODUTO EDUCACIONAL DA PESQUISA

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, conhecido como ProfEPT é um programa de pós-graduação ofertado em rede, oferecido em quase todos os Estados da Federação – no Amazonas o curso é oferecido no IFAM Manaus Centro – CMC. Esse programa é pertencente à área de Ensino e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES do Ministério da Educação. Assim, o egresso deste mestrado sairá com o Título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

O objetivo do ProfEPT é proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado.

Segundo seu regulamento, para a conclusão do curso é preciso apresentar um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela área de ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser constituído em forma de dissertação em formato tradicional ou de dissertação em formato de artigo, de acordo com a decisão da Comissão Acadêmica Local.

Assim, como resultado da proposta de um produto educacional, foi criado um site a partir da pesquisa desenvolvida na dissertação: A formação profissional de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí - História de vida dos Egressos. O objeto de pesquisa são os primeiros três alunos com deficiência visual, que se formaram na instituição e que agora são egressos.

O problema da pesquisa foi saber se a formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí foi significativa na vida dos alunos egressos com deficiência visual. A fim de atender a esse questionamento a pesquisa focou em avaliar a importância da formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuruí partindo da perspectiva dos egressos com deficiência visual.

A ideia do produto surgiu logo no início da pesquisa, que em princípio seria a produção de uma cartilha que servisse de suporte metodológico e de apoio a outros NAPNES ou núcleos de apoio educacional ao aluno com alguma deficiência.

A ideia foi amadurecendo ao conversar com colegas da área e tomou forma depois das entrevistas de história de vida com os alunos egressos, assim ficou claro a importância do NAPNE na formação dos alunos.

Desta forma, optou-se em fazer um site disponível na internet, compartilhando as experiências que, ao longo dos anos, possibilitou o acesso, permanência e êxito dos primeiros três (03) alunos com deficiência visual que estudaram no IFPA-Campus Tucuruí.

4.1 Relato de experiência do NAPNE Campus Tucuruí

A concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva é um longo caminho a ser trilhado e precisa de políticas públicas sólidas além do engajamento educacional. Neste último capítulo apresentaremos nosso produto que se refere à construção de um site com relato das experiências do Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades específicas (NAPNE) do campus Tucuruí.

Ao relatar as experiências do NAPNE, sejam elas positivas ou negativas, pretende-se contribuir com o processo de inclusão, bem como apontar caminhos para a construção de um ambiente educacional solidário e que estimule a autonomia do educando.

Primeiramente é importante situar nosso NAPNE - IFPA Campus Tucuruí. A cidade de Tucuruí está geograficamente localizada no interior do Pará. Foi emancipada em 1947 e hoje conta com pouco mais de cem mil habitantes, distante cerca de 400 km da Capital do Estado, Belém. A cidade sempre foi impactada com grandes projetos, seja a Estrada de Ferro Tocantins que tinha como objetivo facilitar o transporte da castanha do Pará na época da seca do Rio Tocantins, seja os chamados grandes projetos da Amazônia que construíram, na época, a maior barragem genuinamente nacional, Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

Todo esse cenário fez com que a cidade, depois de passar intensamente os ciclos dos “barrageiros” e a típica convulsão social resultante desse fenômeno, crescimento desordenado, aumento da violência, custo de vida entes outros, lentamente se estabilizasse firmando-se na região como um polo educacional, sendo que hoje abriga 02 universidades públicas (UFPA, UEPA), além do IFPA e várias outras particulares, presenciais e semipresenciais com curso como Direito, Engenharias, Enfermagem, Arquitetura, Odontologia, entre outros.

Em nível de política pública, no aspecto educacional, os Governos do Município, através dos educadores engajados, têm se esforçado ao longo dos anos para implantar práticas educacionais inclusivas, com várias ações que possibilitaram a inserção dos alunos com deficiência no cenário educativo municipal. Como vimos no capítulo anterior, no relato das Histórias de Vida, todos os egressos entrevistados, receberam apoio e incentivo de profissionais da rede municipal, sendo que os professores da sala de inclusão do município têm incentivado largamente os alunos com deficiência a ingressarem no campus.

Porém, o processo de inclusão não é uma tarefa fácil, principalmente por depender de ações da política governamental, que com alterações republicanas sofrem altos e baixos. Assim, para se efetivar as condições de inclusão é necessário um processo de transformação do sistema escolar como um todo, definindo muito bem as responsabilidades de cada um no processo, com o objetivo de alcançar as mudanças estruturais de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Portanto, além de quebrar os paradigmas do preconceito é preciso ter mobilização social e boa vontade político-pedagógica para fazer os investimentos financeiros necessários a fim de proporcionar uma educação inclusiva. Para que essa educação inclusiva aconteça é preciso, no âmbito pedagógico, a adaptação metodológica realizada pela equipe pedagógica e professores e no âmbito político, a disponibilização dos recursos necessários à concretização dessa demanda.

Contudo, percebe-se que de forma gradativa, ao longo da história, no município se tem avançado bastante nesse processo de inclusão, é claro impulsionado por pressões dos vários grupos sociais que começaram a se organizar e a exigir políticas sólidas de acesso e permanência na escola.

Vale salientar que é exatamente por conta da mobilização dos movimentos sociais organizados que se começou a perceber as alterações políticas, administrativas e legais, que impulsionou o Brasil a criar uma vasta legislação inclusiva, indo desde decretos a normas de caráter constitucional.

Nesse contexto, o IFPA, criado no governo do Presidente Lula, por meio da Lei 11.892/2008, mediante a integração dos antigos Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá tem sido uma instituição educacional que oferece o Ensino Profissional Técnico e Tecnológico nos moldes dos artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

Nessa instituição secular que já mudou de nomes várias vezes, o movimento de inclusão se iniciou ainda no final da década de 90, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio da portaria nº 1.679/99, estabeleceu como requisitos para a autorização e credenciamento de instituições de nível superior, à acessibilidade para as Pessoas com Deficiência.

Posteriormente, como resultado desta ação, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), institucionalizou o Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TECNEP). Este programa objetivava estimular a Inclusão, a permanência e o êxito dessa clientela que frequentava vm os cursos ofertados pelos institutos, sendo criado o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Esse órgão ficou com a responsabilidade de sensibilizar a comunidade interna e externa a fim de materializar as políticas inclusivas, o que foi uma missão desafiadora. É importante destacar que, muitas vezes, por conta da obrigatoriedade legal, se cria um órgão simplesmente para cumprir a lei, porém não se dá a estrutura e o apoio necessário ao seu funcionamento. Diante disso muitas vezes é um desafio convencer gestores e até mesmo professores que a inclusão não é um favor, mas um direito.

4.2 NAPNE e o processo de Inclusão no IFPA Campus Tucuruí

O Campus Tucuruí surgiu antes mesmo da criação do IFPA, pois foi criado, em 1994, para atender as demandas da região do lago da Usina Hidroelétrica, em relação à formação de mão de obra especializada para a atender sobretudo a Eletronorte³².

O NAPNE do IFPA, Campus Tucuruí, foi criado somente no ano de 2011, através da Portaria nº 748/2011 que disponibilizou recursos humanos para atender as demandas que até aquele ano eram inexistentes. Em 2012, houve o primeiro ingresso de um aluno com deficiência que precisava de atenção especial, foi um aluno com deficiência visual total que ingressou no curso de técnico integrado de saneamento ambiental.

³² Hoje Eletrobrás

O ingresso desse aluno provocou impactos pedagógicos profundos, pois a instituição não estava preparada, nem mesmo os professores que não sabiam como lidar com alunos com esse grau de deficiência. Alguns professores se recusaram a lecionar para ele, pois não se sentiam preparados, outros, por sua vez, aceitaram o desafio. Com o passar do tempo, as dificuldades e desafios foram abrindo espaços para importantes ações de inclusão.

A direção geral do Campus, para facilitar o apoio aos professores e minimizar o impacto do ingresso de um aluno com deficiência visual, conseguiu fazer uma dispensa de licitação para a contratação de um tradutor de braille por 10 meses. Com isso, o trabalho pedagógico se tornou mais fácil, pois o tradutor ficava responsável por fazer as provas em braille e dar suporte ao aluno. Importante destacar a boa vontade administrativa em tentar resolver o problema e fazer uma contratação nesses moldes. Posteriormente, a procuradoria jurídica da instituição passa a proibir esse tipo de contratação, logo mais comentaremos sobre isso.

Em decorrência da demanda e das necessidades aluno deficiente visual, toda uma estrutura começou a ser montada, logo no início foi comprada uma impressora Braille, regletes, punção, para facilitar o trabalho. No ano seguinte, ingressou outro aluno com deficiência visual total, desta vez no curso integrado de manutenção e suporte de informática. Já tinha ingressado outro no curso subsequente com baixa visão que, logo em seguida, passou para o curso superior.

Importante destacar o comprometimento de muitos professores na confecção dos materiais, muitos relatam que foi uma grande experiência ter trabalhado com esses alunos, uma vez que podiam aprender com ele. “Não era difícil era só perguntar como ele queria ser ensinado e como poderia ser ensinado” relatava um professor. Estabelecia-se aí uma relação dialética no qual aluno e professor cresciam mutuamente como profissionais e como pessoas, isso demanda engajamento pedagógico, Manica (2011) destaque que o docente, além da sua preparação pedagógica, deve saber encarar seus desafios. Esse fato pode ser notado pela carta de agradecimento de uma professora que deixou o campus e que foi homenageada pelo NAPNE:

Foi muito gratificante trabalhar com os alunos deficientes do Campus Tucuruí. Eram claros o entusiasmo e a motivação com que o aluno vinha semanalmente para o atendimento especializado. O que eu fiz de diferente? Dei atenção. Exerci meu papel de professora/educadora, exercitei a empatia, e claro, busquei uma metodologia que atendesse a necessidade do aluno.

Ao longo desse processo percebi que muitos professores não se dedicavam aos alunos deficientes, talvez por acreditarem ser difícil o processo de ensino aprendizagem. O Campus Tucuruí e o NAPNE me forneceram toda a estrutura necessária para atendê-los, apenas me coube encontrar a metodologia mais adequada para o aluno.

O momento mais comovente para mim foi, ao estudar zoologia, quando levei um peixe da feira para o aluno cego. Ele me pediu que posicionasse o peixe da forma que ele fica dentro da água pois ele não sabia, algo tão trivial para nós. Esse fato apenas reforçou a ideia de que esses alunos precisam de nós.

Portanto, fica aqui meu apelo aos meus colegas, sejam atenciosos e se dediquem aos alunos deficientes. Eles precisam de atendimento intraescolar exclusivo, eles também têm o direito de aprender. É preciso apenas encontrar a melhor metodologia que ajude a vencer a barreira existente. Desta forma, o sucesso no processo de ensino-aprendizagem será atingido conduzindo ao entusiasmo e motivação do aluno elevando sua autoestima.

Claro que também aprendi muito com eles. Aprendi que eles não precisam de nossa pena, precisam de nossa atenção e apoio. Aprendi que o entusiasmo ou não deles é reflexo da aula que oferecemos, por isso, a importância de se encontrar a metodologia adequada. E mais importante, aprendi que quando queremos algo conseguimos vencer as barreiras, é o que eles fazem diariamente. Com pouco esforço, podemos fazer a diferença para o outro (...).

Há de se destacar que, assim como no universo geral dos alunos sem deficiência, cada aluno é um aluno, eles não aprendem no mesmo ritmo e da mesma forma, por isso é preciso buscar a melhor metodologia. Como já fora comentado no capítulo anterior, tivemos dois alunos diferentes: um, mais extrovertido, que teve todo o seu processo de alfabetização no tempo correto e outro, mais introvertido, egresso do EJA e já chegava no curso técnico com idade de 30 anos numa turma de integrado com faixa etária de 15, ou seja, mais barreiras a serem vencidas e uma metodologia para cada um.

Logo, quando os alunos com deficiência visual ingressaram no campus, foi necessário fazer toda uma sensibilização e socialização na sala de aula, em relação ao respeito às diferenças e limitações de cada aluno, foi explicado aos alunos que eles não deveriam sair correndo pelos corredores da escola para não se chocar com o aluno cego e até mesmo para manter a sala de aula sempre da mesma forma, pois o aluno precisava ter um ambiente estável, pois se movimentava pela memória espacial.

Diferente dos três (3) egressos, objeto da pesquisa cuja coragem e determinação foram essenciais para suas formações, atualmente (2019), o Campus tem um aluno com deficiência visual que se utiliza da sua deficiência para não fazer

as atividades ou mesmo para elastecer prazos das atividades solicitadas. Com esse aluno, constantemente o NAPNE faz intervenção tanto junto a professores quanto com à família. Essas intervenções são no sentido de fazer com que o professor perceba que o aluno precisa ter respeitado suas limitações, porém não pode se utilizar dela para receber benesses superiores à sua deficiência.

Assim sendo, além da profissional de braille que ficou no campus apenas 10 meses³³, para ajudar no processo de apoio em sala de aula e digitalização de matérias, foi disponibilizado ao NAPNE monitores, através dos editais de monitoria. Foi instituída uma política de sempre reservar vagas específicas nos editais para o NAPNE. Destaca-se que nos relatórios finais, esses monitores sempre relatam que cresceram como pessoa e aprenderam a ser mais pacientes e solícitos com o outro, fato percebido tanto pela turma quando pelos monitores.

A coordenação do NAPNE percebeu que não dava para fazer o processo de inclusão sem contar com as parcerias. Nesse sentido, buscou-se apoio junto às organizações sociais desse segmento já que em Tucuruí existem várias associações, entre elas a ADVASP (Associação de Deficientes Visuais e Amigos do Sudeste do Pará), a ACPD (associação Carajás de Portadores de Deficiência), APAE entre outros, além de estreitar os laços com outros órgãos públicos da esfera municipal como a Secretaria Municipal de Educação.

Em parcerias com essas instituições, foram organizados vários eventos, como palestras, curso de formação e encontros. Pode ser citado a título de exemplo o II Encontro Municipal de Educação Inclusiva, o primeiro curso de Dosvox da região do lago. Esse foi um curso importante que contou com a participação de mais de 200 pessoas de vários municípios³⁴.

Com o intuito de proporcionar um debate mais profundo sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas políticas públicas locais, com reflexo no empoderamento deste segmento, o NAPNE participou ativamente da elaboração e aprovação da Lei do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, fato que contou com o apoio da Defensoria Pública. O IFPA Campus Tucuruí tem um assento no

³³ Porém, depois a mesma foi aprovada no concurso público para o cargo efetivo de tradutora de Braille, sendo inclusive a atual coordenadora do NAPNE

³⁴ As fotos e o resumo de todos desses eventos se encontram no Produto, o Site.

conselho³⁵.

Neste prumo, as ações do NAPNE se concentraram em três vertentes: o acompanhamento acadêmico e pedagógico dos alunos, para garantir a permanência e a boa formação profissional; a articulação com a comunidade, a fim de efetivar os direitos desse segmento e por fim o suporte aos egressos, assessorando as entidades que atendem pessoas com deficiência.

Em 2014, depois de muito esforço o NAPNE-Campus Tucuuruí, conseguiu realizar uma grande aquisição, foram quase 200 mil reais em equipamentos adquiridos, entre os quais podemos destacar: Digitalizador de Imagens (SCANNER), Impressora Braille, 5 Máquinas de escrever Braille, Máquina Fusora para Impressão, Duplicador Braille, Lupa Portátil eletrônica entre outros. Todos esses equipamentos têm facilitado no trabalho na confecção de materiais.

Hoje, o campus Tucuuruí tem uma boa estrutura para atender alunos com deficiência visual. Este fato possibilitou que o Campus adotasse uma política de vagas nos editais de ingresso no campus para alunos com deficiência, destaca-se que esta política afirmativa aconteceu muito antes da obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência que aconteceu através do Decreto nº 9.034, de 2017.

Desde 2013 o IFPA Campus Tucuuruí já vem adotando a política de ações afirmativas na área de inclusão de pessoas com deficiência. Fato esse que levou, segundo a então Diretora de Ensino, o Ministério Público de Caixas do Rio Grande do Sul a solicitar, do Campus Tucuuruí, informações detalhadas sobre sua política de cota, o que demonstra que o IFPA campus Tucuuruí de fato serve de referência para o processo de inclusão para outras localidades.

Contudo, “nem tudo são flores”, pois em 2016 ingressaram no campus pela política de cotas, três (03) alunos com deficiência auditiva e o campus não estava preparado para atender clientela. Nossos professores não dominavam a língua de sinais e a legislação obrigava que a escola fornecesse um intérprete.

A partir desse fato começa uma longa maratona no sentido de garantir que os alunos continuassem no campus. A procuradoria jurídica do Instituto não autorizou a contratação temporária do profissional intérprete de libras e, apesar dos esforços da direção do campus, os alunos ficaram sem atendimento. As famílias tiveram que

³⁵ Não sabemos qual será o futuro desse conselho, tendo em consideração que o Presidente Bolsonaro extinguiu, através do DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019, entre outros, o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE).

ingressar com ação judicial³⁶, a decisão liminar a princípio negou o pedido com fundamento de que a obrigatoriedade de profissionais em libras, de acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência só se torna eficaz em 2020. Contudo, depois de uma conversa detalhada com o juiz Federal, este entendeu que os alunos precisavam de acesso imediato e não somente, em 2020, quando já teriam concluído o curso, neste sentido ele deferiu a liminar.

Apesar desse deferimento, a procuradoria jurídica do IFPA, não cumpriu a decisão e recorreu. Um ano se passou e isso fez com que dois (02) alunos desistissem do curso, apenas uma aluna permaneceu, sem muito aproveitamento. Somente no ano de 2017, ou seja, um ano mais tarde, é que foi possível, em parceria com a Prefeitura, ter uma intérprete de libras para acompanhar a aluna.

Somente em 2018, depois de várias tentativas é que o IFPA efetivou a contratação temporária de uma intérprete de libras que atuou durante um tempo, mais logo depois entrou com licença maternidade, gerando prejuízo ao aluno.

Todas essas dificuldades têm demonstrado que não basta termos uma legislação ampla, é preciso mais que leis, é preciso vontade política, administrativa e financeira. A lei não se aplica sozinha e mais, às vezes elas se chocam: a Lei de acessibilidade diz uma coisa e a Lei orçamentária diz outra e cabe ao administrador fazer a melhor opção. Muitas vezes, opta-se por uma em detrimento de outra ação. Mas o princípio da inclusão respaldado pelo princípio constitucional da dignidade humana (art. 3º, I da CF/88) deve ser o balizador de todas as decisões dos administradores. Assim, é preciso, na dúvida, optar pela interpretação que melhor favoreça ao aluno – princípio *pro homine*.

Vale ressaltar que a coordenação do NAPNE sempre manteve uma postura firme na defesa do processo educacional, atuando de forma incisiva, na medida do possível, para a garantia da permanência e do sucesso dos alunos. Logo, é preciso engajamento na luta por uma educação inclusiva, não é possível desistir, uma vez que a inclusão deve ser uma bandeira de luta.

Outra observação a fazer é que a administração pública tem atuado sempre mediante a necessidade e não se antevendo aos fatos. Aconteceu isso com os alunos com deficiência visual e depois com alunos com deficiência auditiva. Se ouvi muito falar que não terá investimentos para dar apoio se não tem aluno, ocorre que essa

³⁶ Processo 1000002-42.2016.4.01.3907 – Justiça Federal da Primeira Região - PA

prática tem contribuído para que o alunos nem chegue a procurar a instituição, pois sabe que não terá o apoio necessário e acabarão tendo que abandonar a escola.

Por outro lado, quando de fato se tem estrutura para que o aluno possa se sentir acolhido, a procura aumenta. É esse fenômeno que estamos sentindo agora, o aumento da quantidade de alunos com deficiência visual, no campus que vem se tornando referência.

No campus, percebe-se claramente como a inclusão é benéfica, os alunos com deficiência não ficam na sala escondidos, eles interagem pelo pátio, às vezes sendo disputados por acompanhantes, brincam como se aquela limitação não existisse, esse de fato é o objetivo da inclusão, a turma como um todo melhora, criando assim o chamado ambiente inclusivo, derrubando barreiras inclusive atitudinais.

O processo de inclusão também tem repercutido nas produções acadêmicas, alguns trabalhos de conclusão de curso já foram escritos nesse sentido a saber: Tabela periódica para alunos com deficiência visual, SOFQUIM – Soft de química para deficiência visual, suporte à tabela periódica, Quimivox: Tecnologia assistiva para ensino de química para deficientes visuais utilizando o scriptvox³⁷.

Os professores também têm se especializado nesta área, pelo menos quatro (04) servidores do campus têm procurado produzir na área de inclusão com dissertações aprovadas no mestrado e com um pós-doutorado. A equipe do NAPNE está trabalhando num lançamento de um livro que demonstra como fazer figuras táteis que deve ser lançado ainda este ano de 2019.

Um dos maiores resultados da política de inclusão é perceber o avanço dos três alunos com deficiência visual egressos do campus que já estão no mundo do trabalho, um deles compõe nosso quadro docente, os outros dois passaram no concurso da prefeitura local sendo que todos continuaram seus estudos, fazendo faculdade e pós-graduação.

Do ponto de vista Estrutural, o NAPNE, conta hoje com uma equipe direta de 01 interprete de libras³⁸, um tradutora de braile efetiva e 03 bolsistas, além do apoio do setor psicossocial. As atividades estão relacionadas ao acompanhamento em lócus

³⁷ Chama a atenção que todos os trabalhos estão se referem a química. Isso se dá pela influência de um professor de química que tem dado bastante suporte aos alunos, fato que estimulou os alunos a pesquisarem sobre essa temática.

³⁸ Contrato temporário.

dos alunos, apoiando-os nos trabalhos acadêmicos e outros que cuidam da produção de material, digitalização e transformação para áudio, bem como impressão em Braille.

Todos sabem dos desafios e das dificuldades da implantação de uma política inclusiva, os desafios são enormes mais é preciso ser audaciosos e não se desiludir ou desistir diante das barreiras, afinal de contas a efetivação de uma educação de inclusiva é uma responsabilidade de todos.

4.3 A criação do site – O produto

Todos esses relatos e mais algumas informações foram dispostas num site criado na plataforma gratuita de criação de sites do Webnode, que pode ser acessado no link: <http://napne-campus-tucurui.webnode.com/>

Optou-se por esse site pela facilidade de criação e inserção de informações. A criação de um site não é uma tarefa fácil, muitas vezes o servidor quer compartilhar informações, porém não dispõem do conhecimento técnico e nem do apoio profissional da equipe de informática da Instituição.

Portanto, a ideia de se criar um site surgiu exatamente da vontade de se compartilhar informações pertinentes à experiência exitosa do NAPNE-Campus Tucuruí. Assim, optou-se, entre as várias existentes na internet, pelo Webnode que se mostrou uma plataforma de fácil manipulação.

A ideia essencial é que o site fique disponível para que a coordenação do NAPNE possa alimentá-lo constantemente de informações. Isso servirá tanto para que outros NAPNEs tenham acesso às nossas informações, como também será uma fonte histórica da atuação do órgão, fato que facilitará a elaboração dos relatórios de gestão que devem ser apresentados todo final de ano, servido também de fonte histórica para futuras pesquisas nesta área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término de um caminho sempre nos leva a resultados, principalmente, na pesquisa, esperados e às vezes contraditórios. Entender o melhor caminho e as possibilidades para percorrê-lo foi o que possibilitou o alcance dos objetivos elencados neste estudo.

No primeiro capítulo deste trabalho, buscou-se traçar uma panorâmica histórica, mostrando a evolução, tanto dos Direitos Humanos quando da visão que se tinha sobre a pessoa com deficiência. Essa contextualização histórica se fez necessária para se compreender que o atual contexto da chamada sociedade de direitos que no Brasil, segundo a CF/88 é Estado Social de direitos, não é algo dado, mas conquistado ao longo do tempo com o amadurecimento da sociedade.

Assim, ao contextualizar a evolução dos Direito Humanos, percebeu-se que saímos de uma sociedade na qual a pessoa humana não era um ser de direitos, como se pôde perceber na sociedade romana, segundo o qual a pessoa com deficiência, nascida deformada, poderia ser morta (Lei da XII Tábuas), quadro esse que começa a se modificar com o surgimento do Cristianismo o tratamento dado ao ser humano e em especial a pessoa com deficiência, sofre mudanças, no qual todos são vistos como filhos de Deus e precisam ser tratadas como amor e caridade.

Ainda no primeiro capítulo, foi possível perceber que na idade moderna surgem os Estados Nacionais e uma nova classe social, o que possibilita à humanidade dá os primeiros passos para a construção de uma noção de Direitos Humanos universais e da necessidade de proteção global das pessoas. O que só ocorre no século XVIII com a Revolução Francesa e a positivação dos direitos de primeira dimensão nas primeiras Constituições do mundo, a Constituição dos EUA (1776) e a Constituição da França (1789), que passam a garantir os direitos de liberdades.

Embora seja relevante, o estudo mostrou que somente a liberdade, garantida em leis, não é suficiente, é preciso que as pessoas tenham direito à igualdade, e essa igualdade ideal é aquela professada por Aristóteles, no qual os iguais são tratados de forma igual e os diferentes de forma diferente na exata medida de suas diferenças.

Esses direitos de segunda dimensão são uma grande conquista para os Direitos Humanos e o ponto central de nosso trabalho, pois a partir desses direitos à

igualdade, é que se justifica o trabalho e a educação como direitos sociais e o tratamento diferenciado para as pessoas com deficiência, que passam a serem sujeitos de direitos.

Esse trajeto histórico mostrou ainda que somente a partir das primeiras décadas do século XX é que se começou a pensar em uma equidade e as pessoas com deficiências começaram a ser vistas como um seguimento que precisava de atenção e proteção.

A análise desse “caminhar” de direitos mostrou que nossa Carta maior, conhecida como Constituição cidadã, reconhece os direitos dos vários grupos vulneráveis e estabelece em vários dispositivos garantia de proteção, por meio de várias Leis que regulamentam essa proteção como foi possível observar ao do segundo Capítulo.

Porém, apesar da vasta legislação, o que se percebe na prática é o total desrespeito ou mesmo descaso com a política de inclusão. O interessante do estudo foi identificar que esse desrespeito e descaso não se dão somente por parte do governo, mas também é praticado nas instituições de ensino em suas várias esferas.

Embora, enquanto pesquisador eu conheça a legislação protetiva, o que me impulsionou nesta temática foi, não só disseminar essa legislação, como também fomentar a necessidade de sua efetivação e, nesse sentido, o NAPNE é de suma importância dentro das Instituições, porém é preciso que este seja coordenado por pessoas que tenham consciência de seu papel enquanto agente transformador e que atuem de forma positiva na defesa intransigente da educação.

Assim, a pesquisa, por meio da Análise do Conteúdo, fez emergir seis categorias. Na primeira categoria se percebeu como cada entrevistado lidou com suas limitações. Por exemplo, tivemos o depoimento do Entrevistado *Fé* que relatou com detalhes o exato momento que perdeu a visão: as cinco horas da tarde, quando voltava da escola, ele e seu Pai, talvez sua última visão te teve foi a de seu Pai. Porém esse fato não o abalou, pois ele juntou forças para se adaptar à nova realidade.

Na categoria “a importância de professores sensíveis” destacamos a atenção que um professor teve ao produzir material adaptado para o aluno com baixa visão. Na entrevista ele relata que foi a primeira vez que teve um material adaptado, isso já no ensino médio, depois de ter enfrentado logos anos de dificuldade no ensino fundamental e médio, mais que ele entendia que era normal aquela situação, sendo que até àquele momento, ele não sabia da existência de tecnologias assistivas.

Em relação à categoria acesso ao IFPA, destacamos o entrevistado *Superação* que, sem as cotas e por pura determinação conseguiu ingressar no IFPA, isto muito estimulado por sua professora da sala de recursos, no relato, ele mesmo duvidou de si, da sua possibilidade. Hoje, já formado, é enfático em dizer que se senti capacitado para exercer suas atividades e lidar com as pessoas. Desta forma, o IFPA lhe deu muito mais que conhecimentos, possibilitou-lhe ter a autoestima necessária para viver no mundo apesar da sua aparente limitação.

Outro ponto de extrema importância e que marcou profundamente os alunos, foi o desenvolvimento de projetos, tanto de pesquisa quanto de extensão. Esses estimularam a integração dos alunos e possibilitou o sucesso profissional, como o caso do entrevistado *Persistência*, que conseguiu notoriedade com o desenvolvimento de um programa de Química para alunos com deficiência visual, que está atrelado ao famoso DOSVOX.

A categoria Vida Profissional é o ápice da pesquisa, pois responde de forma segura a problemática da pesquisa, qual seja: a importância do IFPA na formação dos alunos. Assim, constatou-se que todos tiveram sucesso profissional e que dois deles estão atuando na sua área de formação, além do mais todos verticalizaram seus estudos.

Por fim, os resultados da pesquisa mostraram que a atuação do NAPNE foi marcante no processo de permanência e êxito dos alunos no Campus Tucuruí, pois, como fora visto nas falas dos alunos, apesar de em boa parte do tempo que ficaram no IFPA este não tinha a estrutura necessária, os alunos se sentiam pertencentes ao campus pela intermediação do NAPNE e dos vários projetos desenvolvidos no Campus.

Todos esses projetos foram de crucial importância para o crescimento pessoal, educacional e profissional desses alunos. Neste ponto foi possível perceber a dialeticidade na relação dos alunos com o Campus, pois, foi possível perceber que houve profundas transformações nas estruturas do IFPA e nos próprios alunos ao passarem pela Instituição, em suma, parafraseando Heráclito, nem alunos nem a instituição seriam os mesmos após a passagem deles. Em um processo dialético teríamos a tese, a antítese e a síntese, assim representadas: IFPA (tese) alunos cegos (antítese) e a formação desses alunos (síntese).

Isso nos mostra que, ao mesmo tempo, alunos e IFPA-Campus Tucuruí foram se transformando e essas transformações se reverberam no tempo, pois muitas

peessoas com deficiência visual sonham em ingressar no Campus Tucuuruí, por saberem que lá encontrarão o apoio necessário.

A pesquisa mostrou ainda que um dos objetivos desse estudo que foi avaliar se a formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuuruí contribuiu para formação dos egressos com deficiência visual foi respondido positivamente, uma vez que os egressos, sujeitos da pesquisa, conseguiram não só continuar sua trajetória acadêmica, como também se inserir no mundo do trabalho, dois deles em sua área profissional.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber ainda que essa formação exitosa ocorreu por meio de o conjunto de ações pedagógicas, as dos docentes em sala de aula e de suporte pedagógico técnico, embora precário naquele momento, mas que possibilitou se fazer as intervenções necessárias, através do NAPNE, entre elas, destacam-se: o apoio à acessibilidade, hoje muito mais efetivo, o incentivo de professores para que os alunos pudessem participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A soma de tudo isso gerou um impacto muito positivo na formação desses egressos.

Outro ponto que deve ser destacado, diz respeito às bases conceituais da formação profissional e tecnológica. O trabalho como princípio educativo esteve presente, na grande maioria das vezes, na formação desses alunos, isso foi perceptível nas falas, mesmo que essa expressão ou conceito, não estivesse presente nos discursos.

Desta forma, enquanto pesquisador e educador, foi possível perceber que a educação que tenha o trabalho como princípio educativo prepara o aluno para vida, possibilitando assim ao aluno com deficiência sua inserção no mundo do trabalho. Rompendo com a lógica das décadas passadas de que era necessário desenvolver uma educação profissional para as pessoas com deficiência simplesmente para que elas fossem colocadas no mercado de trabalho, pois como vimos nas reminiscências dos alunos, todos são conscientes dos seus direitos e de sua atuação no mundo enquanto cidadãos.

Por fim, ao se deparar com a problemática: A formação profissional ofertada pelo IFPA-Campus Tucuuruí foi significativa na vida dos alunos egressos com deficiência visual?

A resposta não poderia ser outra que não afirmativa, pois de fato, nas reminiscências dos egressos, todos relataram as partes positivas de sua estada no

Campus Tucuruí, suprimindo de suas lembranças os percalços que tiveram ao longo do processo educativo.

Neste sentido, a presente pesquisa alcançou seu objetivo e esperamos que possa servir de fonte de estudos e reflexões sobre a importância da educação inclusiva e o quanto é importante lutar para se ter uma escola cada vez mais aberta para as diferenças, pois é cada vez maior a presença de alunos com deficiência na educação profissional o que gera nos professores e equipe pedagógica uma angústia, uma vez que grande parte desses profissionais não foi preparada na academia para lidar com o diferente.

Outro ponto evidenciado na pesquisa foi a relevância da produção de trabalhos que discutam essa temática, no sentido de dar um necessário suporte, seja teórico, seja prático, para os educadores e equipes pedagógicas. Assim, apesar de paulatinamente a pesquisa na área da inclusão ter crescido nos últimos anos, ela ainda está longe de ser um tema que desperta muito interesse. Por exemplo, aqui no mestrado do IFAM, Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, de 2014 até agora, das 54 dissertações defendidas, apenas 05 delas abordaram essa temática, o que para alguns já pode ser um número considerável, tendo em vista as amplitudes de temas a serem abordados.

Portanto, o desafio desta pesquisa foi contribuir, a partir da visão dos próprios alunos como deficiência, para a melhoria do processo de inclusão da educação profissional, servindo como fonte de consulta e reflexão para gestores e educadores no sentido de avaliar se aquilo que é pensado e formalizado nos PPC's está na prática se concretizando, por isso é de suma importância ouvir os alunos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo L.C. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre afirmações e negações do Trabalho. 2º Edição. São Paulo, Boitempo 2009.
- ARENDT, H. A condição humana. 10.ed Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTOTELES. Política. São Paulo: Martins Claret, 2001. (Coleção: a Obra Prima de Cada Autor).
- BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL, Lei Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 7.853/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde.
- BRASIL, Lei 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- BRASIL, Lei 13146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL, Lei de diretrizes e Base da Educação, LBD, Lei 9394/96.
- BRASIL, MEC/SG. Plano Setorial de Educação e Cultura, 1972/1974. Brasília, 1971
- BRASIL, Decreto Nº 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- BRASIL, Decreto nº 6.949/2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- BRASIL, Resolução n. 30/84, Declaração dos direitos das pessoas deficientes de 1975.
- BRASIL, CNE/CEB. Parecer n. 17/2001 MJ/Conade, Portaria n. 690 de 6/12/1999
- BRASIL, Ministério da Educação. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Documento Base. Brasília: SETEC, 2007. Disponível em: . Acesso em: 11. set. 2018.
- BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1992.
- BÍBLIA SAGRADA. 100ª edição. São Paulo: Ave Maria. Edição Claretiana, 1995.
- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CONGRESSO EUROPEU SOBRE DEFICIÊNCIA, Declaração de Madri, 23 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/declaracao-demadrid-2002.pdf>> acessado em 14 de fevereiro de 2019.

COSTA, Sandra Moraes de Brito. Dignidade humana e pessoa com deficiência: aspectos legais trabalhistas. São Paulo. Ltr, 2008.

DEMO, Pedro. Praticar Ciência: metodologias do conhecimento científico. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. DECLARAÇÃO DE SAPPORO, Tradução. 2002. Disponível em: <https://midia.atp.usp.br/plc/plc0604/impressos/plc0604_aula03_ativPres_Decl_Sapporo.pdf> acessado em 01 de junho de 2018.

Farias, Cristiano Chaves de. et al. Estatuto da Pessoa com Deficiência Comentado artigo por artigo. 2. rev., ampl. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba: Ibepex, 2011.

Fernandes, F. (Org.) K. Marx, F. Engels. História. 2 ed. São Paulo: Ática. 1984

FERRAZ, Carolina Valença *et al.* Manual dos direitos da pessoa com deficiência. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIGUEIRA, Emílio Carlos. Teologia da inclusão – A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo. São Paulo: Figueira Digital, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). A construção da pedagogia socialista. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATA, Maria, RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

GERHARDT ENGEL, Tatiana e SILVEIRA TOLFO, Denise (Org). Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, Rosana, PLETSCHE, Márcia Denise. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial, v. 22, n. 34, maio/ago. 2009.

LAPA, Barbara Castro. Tecendo um Traçado Entre Autoformação Docente e Sentidos do Trabalho. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/45/1/Tecendo%20um%20tra%C3%A7ado%20entre%20autoforma%C3%A7%C3%A3o%20docente%20e%20sentido%20do%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2018.

LE GOFF. A civilização do ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1984.

LIBERAL, Márcia Mello Costa de. Reflexos sociais do Calvinismo. Revista Eletrônica de Ética e Cidadania. Disponível em: <<http://www.mackenzie.com.br/10288.98.html>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

KRAWULSKI, Edite. A orientação profissional e o significado do trabalho. Revista da ABOP, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 1998. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-88891998000100002, Acesso em: 04/05/2018

MACHADO, *et al*, Práticas inovadoras em Metodologias ativas, Florianópolis: contexto digital, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso Uma Estratégia de Pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

MANICA, Loni Elisete. A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão. Revista Iberoamericana de Educación, n. 55/4, 2011, p. 1-9

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos, Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

MÉSZÁROS, István, Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011

MOTTA, Vânia Cardoso da. FRIGOTTO Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>. Acesso em 04/07/18.

NASCIMENTO, Mascaro. FERRARI, Irany. MARTINS FILHO, Ives Gandra (organizadores). História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como *fazer Pesquisa Qualitativa*. 7. ed. Revisada e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia, LAZARI Rafael de. Manual de Direitos Humanos: Volume único. Editora Juspodivm, 3ª edição revista, atualizada e ampliada. 2017.

PLATÃO. A República. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor) São Paulo: Martins Claret, 2001.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 13 ed. (rev. Ampliada). São Paulo: Saraiva, 2012.

PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. Disponível em: www.iiiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 24 de maio 2018.

Barbosa, Rui, Oração dos moços, Edição anotada, 5ª edição Rio de Janeiro, Editora Casa Rui Barbosa.1999

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, [s.l.], v. 12, n. 34, p.152-165, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782007000100012>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Petrópolis, 1994. Disponível em: http://www.ufpr.cleveron.com.br/arquivos/EP_104/dermeval_saviani.pdf. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____, Dermeval. O choque teórico da politecnia. Trabalho, Educação e

Saúde, v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24^a ed. São Paulo: Cortez, 2016

SILVA, Diego Nassif da. Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: O conceito de Pessoa com deficiência e sua aplicação Jurídica. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA, Otto Marques. A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na História do mundo de ontem e de hoje. Ed. CEDAS -1987.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do Capitalismo. 11. ed. São Paulo, 1996.

VIDIGAL, Márcio Flávio Salem. O trabalho e direito do trabalho. Desembargador do TRT da 3^a Região. Disponível em: < https://www.trt3.jus.br/download/artigos/pdf/77_trabalho_direito_trabalho.pdf.> Acesso em: 13 dez. 2017.

ANEXO I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS TUCURUI



CARTA DE ANUÊNCIA
(Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Eu, Aderson W de Jesus Barsosa, Diretor Geral do Campus Tucuruí - Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Pará, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **O Trabalho como princípio educativo: A formação profissional de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí** – sob responsabilidade do pesquisador RONALDO MEIRELES MARTIS mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/Polo IFAM, sob orientação da Profª Drª Maria Francisca Moraes de Lima, com o seguinte objetivo:

Avaliar se a formação profissional ofertada, pelo IFPA- Campus Tucuruí, aos alunos com deficiência visual cumpriu com os objetivos estabelecidos, tanto na Legislação pertinente quanto no PPC do curso.

Necessitando, portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos na Instituição como um todo, ter acesso a documentos, bem como realizar entrevistas com os docentes que atuaram com alunos com deficiência visual.

Ciente dos objetivos da concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº 466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.


Anderson W de Jesus Barbosa
Diretor Geral
Campus Tucuruí - IFPA
Port. 608/2015 - GAB/IFPA

Tucuruí, 11 de Maio de 2018.

[Assinatura e carimbo do responsável pela Instituição]

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO AMAZONAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A formação profissional de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí: História de vida dos Egressos

Pesquisador: RONALDO MEIRELES MARTINS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 92908318.1.0000.8119

Instituição Proponente: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.263.499

Apresentação do Projeto:

Item já avaliado anteriormente por parecerista e pelo Colegiado.

Objetivo da Pesquisa:

Item já avaliado anteriormente por parecerista e pelo Colegiado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Item já avaliado anteriormente por parecerista e pelo Colegiado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Item já avaliado anteriormente por parecerista e pelo Colegiado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Item já avaliado anteriormente por parecerista e pelo Colegiado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo sido realizada a análise dos documentos posteriormente submetidos, identificamos que o pesquisador atendeu as solicitações do CEP SH.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este colegiado acompanha o parecer da relatoria.

Endereço: Rua Ferreira Pena, 1109 - Prédio da Reitoria, 2º andar, Manaus, AM

Bairro: CENTRO

CEP: 69.025-010

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3306-0060

E-mail: cepsh.ppgi@ifam.edu.br

Continuação do Parecer: 3.263.499

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1132305.pdf	14/01/2019 15:59:23		Aceito
Outros	Anuencia.pdf	14/01/2019 15:58:30	RONALDO MEIRELES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	14/01/2019 15:46:02	RONALDO MEIRELES MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	14/01/2019 15:38:38	RONALDO MEIRELES MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	14/01/2019 15:34:40	RONALDO MEIRELES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 12 de Abril de 2019

Assinado por:
ANA CLAUDIA RIBEIRO DE SOUZA
 (Coordenador(a))

